



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA**

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

RENATA MARIA PEREIRA

**GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DIVULGADAS PELOS BANCOS
BRASILEIROS**

FORTALEZA

2023

RENATA MARIA PEREIRA

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DIVULGADAS PELOS BANCOS
BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria.

Área de concentração: estratégia e
Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sérgio do
Nascimento

FORTALEZA

2023

P495g Pereira, Renata.

Governança e sustentabilidade divulgada pelos bancos brasileiros / Renata Pereira. – 2023. 79 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Roberto Sérgio do Nascimento.

1. governança; sustentabilidade; bancos brasileiros; triple bottom line. I. Título.

CDD 658

RENATA MARIA PEREIRA

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DIVULGADAS PELOS BANCOS
BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria.

Área de concentração: estratégia e sustentabilidade

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Sérgio do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Correa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandro Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Considerando as crises sociais e ecológicas na sociedade e a pressão sobre as organizações para respostas aos problemas relacionados à sustentabilidade, a presente pesquisa teve por objetivo analisar o que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o enfoque do *triple bottom line* a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A metodologia utilizada consiste em uma abordagem de natureza predominantemente qualitativa sobre os relatos de tais bancos. A coleta de dados, em conformidade com o procedimento de análise de conteúdo, segue as técnicas de pesquisa documental, na qual os dados utilizados foram retirados dos relatórios corporativos dos bancos, listados pela bolsa de valores oficial do Brasil, chamada Brasil, Bolsa, Balcão - [B]³. Constatou-se que, dos 15 bancos avaliados, 12 publicaram o relato integrado ou relatório de sustentabilidade entre o período de 2016 a 2021. Para coletar os dados e as evidências desses relatórios, bem como para analisá-los, foi utilizado o software Atlas.ti®. Foram identificadas e analisadas, conforme o objetivo geral, 162 ações de governança desses bancos e 185, quanto às questões ambientais, econômicas e sociais, relacionadas ao *triple bottom line*. Os princípios da transparência e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) foram os mais citados nesses relatórios, sendo divulgados, cada um, em 30% das ações apresentadas, destacando-se os bancos Itaú, com 20% das ações evidenciadas e o Banco do Brasil (BB) com 14%. Por outro lado, para os princípios menos citados, é necessário atentar a mais grupos diversos com a finalidade de atender ao princípio da equidade e aumentar a frequência da prestação de contas aos conselhos. E para o *triple bottom line*, foram mais tratadas as questões ambientais e sociais, sendo divulgadas, cada uma, em 40% das ações apresentadas, mas ainda assim mais esforços devem ser empregados para se obter maior reconhecimento público de exemplo nesses quesitos.

Palavras-chave: governança; sustentabilidade; bancos brasileiros; *triple bottom line*.

ABSTRACT

Considering the social and ecological crises in society and the pressure on organizations to respond to problems sustainability related, this research aimed to analyze what Brazilian banks disclose about their sustainability practices, under the triple bottom line based on their governance structures, considering the governance principles of the Brazilian Institute of Corporate Governance (IBGC). The methodology used consists of a predominantly qualitative approach on the integrated reports of such banks. Data collection, in accordance with the content analysis procedure, follows the procedures document research techniques, in which the data used were taken from the corporate reports of the banks, listed by official stock exchange in Brazil, called Brasil, Bolsa, Balcão – [B]³. It was found that, of the evaluated 15 banks, 12 published the integrated or sustainability report between the period from 2016 to 2021. To collect the data and evidence in these reports, as well as to analyze them, was used the Atlas.ti® software. 162 governance actions of these banks and 185, regarding environmental, economic, and social issues related to the triple bottom line were identified and analysed, according to the general objective. The principles of transparency and Corporate Social Responsibility (CSR) were the most cited in these reports, each one being disclosed in 30% of the actions presented, highlighting Itaú banks, with 20% of the actions evidenced and Bank of Brazil (BB) with 14%. On the other hand, for the principles less cited, it is necessary to pay attention to more diverse groups to comply with the principle of equity and increase the frequency of accountability to the councils. And for the triple bottom line, environmental and social issues were dealt with more, each being disclosed in 40% of the actions presented, but even so, more efforts must be explored to obtain greater public recognition as an example in these matters.

Keywords: governance; sustainability; Brazilian banks; triple bottom line.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	22
Figura 2 –	PIB real brasileiro nos últimos anos	26
Quadro 1 –	Instituições Financeiras listadas na [B]3.....	30
Quadro 2 –	Objetivos específicos, categorias analíticas e elementos de análise	34
Quadro 3 –	Ações externas relacionadas ao princípio da transparência (<i>disclosure</i>)	36
Quadro 4 –	Ações internas relacionadas ao princípio da transparência (<i>disclosure</i>)	39
Quadro 5 –	Ações externas relacionadas ao princípio da equidade	41
Quadro 6 –	Ações internas relacionadas ao princípio da equidade	42
Quadro 7 –	Ações externas relacionadas ao princípio da prestação de contas (<i>accountability</i>)	44
Quadro 8 –	Ações internas relacionadas ao princípio da prestação de contas (<i>accountability</i>)	45
Quadro 9 –	Ações externas relacionadas ao princípio da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	46
Quadro 10 –	Ações internas relacionadas ao princípio da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	48
Quadro 11 –	Segmento de listagem da [B]3 x índice de governança x frequência das ações apresentadas por princípios	50
Quadro 12 –	Ações externas relacionadas às questões ambientais	51
Quadro 13 –	Ações internas relacionadas às questões ambientais	53
Quadro 14 –	Ações externas relacionadas às questões econômicas	55
Quadro 15 –	Ações internas relacionadas às questões econômicas	57
Quadro 16 –	Ações externas relacionadas às questões sociais	57
Quadro 17 –	Ações internas relacionadas às questões sociais	59
Quadro 18 –	Frequência das ações apresentadas do <i>triple bottom line</i>	60
Quadro 19 –	Total das ações por tema.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e Governança
[B] ³	Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN/BCB	Banco Central do Brasil
BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BANPARÁ	Banco do Pará
BANRISUL	Banco do Rio Grande do Sul
BASA	Banco Amazônia
BB	Banco do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRB	Banco Regional de Brasília
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEMEC	Centro de Estudos de Mercado de Capitais
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
Et al.	E outros
GC	Governança Corporativa
GEE	Gases de Efeito Estufa
GHG	<i>Greenhouse</i>
GRI	<i>Global Report Initiative</i>
FSB	<i>Financial Stability Board</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBRX50	Índice Brasil 50
ICO2	Índice Carbono Eficiente
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IG-SEST	Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
IPC	Investidores pelo Clima
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Base de dados do IPEA
ISE	Índice De Sustentabilidade Empresarial
ISSO	<i>International Organization for Standardization</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
S. A	Sociedade Anônima
SARB	Sistema de Autorregulação Bancária
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SNA	<i>System of National Accounts</i>
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
SPOTT	<i>Sustainability Policy Transparency Toolkit</i>
TCFD	<i>Task Force on Climate-Related Financial Disclosures</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Governança Corporativa: conceitos, princípios e aspectos legais ...	13
2.2	Responsabilidade social corporativa (RSC).....	19
2.3	Sustentabilidade Corporativa	20
2.3.1	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	23
2.3.2	<i>Economia brasileira nos últimos anos</i>	25
2.4	Estudos empíricos correlatos	27
3	METODOLOGIA	30
3.1	Tipologia da pesquisa	30
3.2	Unidades de análise	30
3.2.1	<i>Bancos estudados</i>	31
3.3	Procedimentos de coleta de dados	33
3.4	Procedimentos de análise dos resultados	34
4.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1	Ações de governança dos bancos brasileiros relacionada ao princípio da transparência (<i>disclosure</i>)	36
4.2	Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da equidade.....	41
4.3	Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da prestação de contas (<i>accountability</i>).....	44
4.4	Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).....	46
4.5	Níveis e índices de governança dos bancos estudados	49
4.6	Ações relacionadas ao <i>triple bottom line</i> - questões ambientais	51
4.7	Ações relacionadas ao <i>triple bottom line</i> - questões econômicas ...	54
4.8	Ações relacionadas ao <i>triple bottom line</i> - questões sociais	57
4.9	Ações <i>triple bottom line</i> x ações GC	60
5	CONCLUSÃO	62
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

A sociedade está cada vez mais consciente das crises sociais e ecológicas, assim como da necessidade da mudança de hábitos de consumo para um estilo de vida sustentável (DYCK; SILVESTRE, 2018). Com isso, levou à pressão sobre as organizações para respostas aos problemas relacionados à sustentabilidade (JOYCE; PAQUIN, 2016).

O termo sustentabilidade e suas práticas iniciaram-se em 1987, com o relatório *Brundtland*, que delimitou as bases para a conhecida definição de desenvolvimento sustentável. Em 1992, por sua vez, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criou os três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico) que em 1994 veio a se chamar *triple bottom line* (BENITES; POLO, 2013).

Desse modo, a governança corporativa representa um pilar para a sustentabilidade da responsabilidade social corporativa, e os países em desenvolvimento devem aumentar a vigilância e a capacidade dos sistemas regulatórios e judiciais sobre essa governança e as pressões institucionais coercitivas na adoção dessa responsabilidade (JAMALI SAFIEDDINE; RABBATH, 2008).

Assim, a governança foi definida como o sistema pelo qual as companhias são dirigidas, monitoradas e controladas pelos sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais usuários.

Neste sentido, as unidades de governança passaram a atuar em conformidade com diretrizes estabelecidas em *frameworks* que definiram suas diretrizes, princípios (transparência - *disclosure*, equidade, prestação de contas - *accountability* e responsabilidade social corporativa - RSC), estrutura e práticas (IBGC, 2015).

Por intermédio do *Global Reporting Initiative* (GRI), que é uma conhecida plataforma de relatório voluntário, seja ele de responsabilidade socioambiental, seja de performance socio corporativa das organizações ao redor do mundo (BROWN; JONG; LEVY, 2009), é possível extrair o que é divulgado sobre as práticas de governança e sustentabilidade pelos bancos brasileiros.

Neste contexto, esta pesquisa se desenvolve em torno do seguinte problema de pesquisa: O que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o

enfoque do *triple bottom line*, a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do IBGC?

Desse modo, os princípios básicos a serem analisados nos objetivos, para descrever a estrutura das práticas da boa governança, serão à luz do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) que é referência nacional e uma das principais no mundo em governança corporativa. Por outro lado, para a análise da sustentabilidade, serão consideradas as três dimensões conhecidas como *triple bottom line*: questões ambientais, econômicas e sociais.

Assim o objetivo geral é analisar o que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o enfoque do *triple bottom line*, a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do IBGC e os objetivos específicos são:

- a) identificar as ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas aos princípios do IBGC;
- b) investigar a presença de elementos vinculados ao *triple bottom line* nos relatórios de sustentabilidade dos bancos brasileiros.

O estudo justifica-se pelo fato de, apesar do setor bancário possuir menor impacto ambiental, quando comparados a outros setores, apresenta um alto potencial para influenciar transformações na sociedade, em especial por conceder credibilidade e reputação aos agentes de outros setores (OLHER *et al.*, 2018).

Dessa forma, diferentes contextos institucionais podem revelar a maneira como as práticas de governança são executadas por esses agentes e como influenciam o desempenho sustentável corporativo alcançado pelas entidades públicas (ORTAS *et al.*, 2015).

Percebe-se que nos últimos 10 anos, houve alguns estudos, quais sejam, Freitas *et al.* (2018) que investigaram diversas características de empresas brasileiras, pelos relatórios de sustentabilidade, tais como as práticas de governança e sustentabilidade.

Por outro lado, Mazzioni *et al.* (2017) analisaram a influência da governança corporativa de empresas listadas na [B]³ e Casagrande e Lavarda (2015, as convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade.

Entretanto, Lugoboni *et al.* (2018) buscaram evidenciar práticas de governança corporativa nos relatórios de sustentabilidade – GRI's, dando ênfase à importância de ambas as

práticas em empresas do setor de alimentos e bebidas, listadas no Valor Econômico como as maiores receitas líquidas de 2015.

Por sua vez, Kuronuma, Barciella e Silva (2019) compararam empresas com práticas de sustentabilidade e governança com o mercado, evidenciando as divergências quanto ao risco e retorno das ações. E Bomfim, Teixeira e Monte (2015) verificaram relação entre o disclosure da sustentabilidade com algumas características de governança corporativa nas empresas brasileiras de capital aberto.

Nesse mesmo contexto, Santana *et al.* (2015) analisaram a relação entre o *disclosure* socioambiental, as práticas de governança corporativa e o desempenho das companhias listadas na BM&FBovespa, à luz da Teoria da Sinalização.

Não obstante, no tocante à análise dos relatórios de sustentabilidade quanto ao *triple bottom line*, o último estudo foi aplicado em empresas de cosméticos, ainda havendo, portanto, a lacuna para serem feitos em bancos.

Contudo, Ribeiro, dos Santos (2015) mapearam o perfil e a produção acadêmica dos temas Governança Corporativa e Sustentabilidade em conjunto, durante o período de 2000 a 2013. E Benites e Pólo (2013) descreveram os benefícios de colocar a sustentabilidade no cerne da Governança Corporativa, como estratégia empresarial que gera valor a partir da busca de melhores resultados sociais e ambientais, complementando com uma pesquisa empírica na empresa Masisa para analisar a implementação *triple bottom line* como estratégia empresarial em dois países que a empresa atua, Brasil e Chile.

No entanto, Rosca, Arnold e Bendul (2017) estimam que um dos principais desafios das organizações será garantir o sucesso de um modelo de negócios, combinando simultaneamente valor econômico com benefícios ambientais e sociais.

Ademais, de acordo com Bocken *et al.* (2014), organizações que desejam possuir um modelo de negócios sustentável devem alinhar os interesses de todos os grupos de partes interessadas e considerar explicitamente o meio ambiente e a sociedade como partes interessadas principais.

Entretanto, a Federação Brasileira de Bancos ([FEBRABAN], 2016) defende que a comercialização de títulos sustentáveis pode trazer benefícios socioambientais, por financiarem projetos ou ativos de longo prazo. E também por tornarem-se uma alternativa importante para estimular e viabilizar iniciativas e tecnologias em diferentes tipos de organização e atrair

investidores institucionais, a exemplo de fundos de pensão, de previdência, seguradoras e gestores de ativos de terceiros.

Assim, torna-se necessário um estudo mais aprofundado, relevando a importância do desenvolvimento sustentável nos bancos brasileiros, oferecendo subsídios para propor melhorias ou mudanças no tema estudado. Bem como, despertando interesse no que tange ao que é divulgado pelos bancos brasileiros, em seus relatórios de sustentabilidade, sobre as ações realizadas de acordo com os princípios indicados pelo IBGC e o *triple bottom line*, no que diz respeito à sustentabilidade.

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, realizou-se um estudo descritivo com abordagem predominantemente qualitativa, procurando proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, descrevendo as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis (GIL, 2019).

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada a análise documental, tendo como fontes os relatórios de sustentabilidade publicados pelos bancos no período compreendido entre 2016 e 2021.

Em relação à escolha do procedimento de análise de dados, foi aplicada a análise de conteúdo, cuja intenção é a conclusão de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), que recorre a indicadores (quantitativos ou não). O que caracteriza a análise qualitativa é o fato da conclusão, sempre que realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra ou personagem, por exemplo) e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 2016).

Por fim, incluindo essa introdução (seção 1), cinco seções compõem o trabalho. A seção 2 trata do Referencial Teórico. Na terceira seção está descrita a Metodologia deste trabalho, detalhando a estratégia utilizada para o atingimento dos objetivos propostos. Os Resultados serão abordados e analisados na seção 4. E a Conclusão será apresentada na quinta e última seção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo consiste em uma revisão sobre governança corporativa, sustentabilidade corporativa, passando pela importância da responsabilidade social corporativa para essa relação. Também traz os estudos recentes sobre governança e sustentabilidade em que são apresentados os fundamentos que embasam conceitualmente esta dissertação.

2.1 Governança Corporativa: conceitos, princípios e aspectos legais

A Governança Corporativa (GC) é, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC (2015), o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

De forma complementar, o IBGC (2015) ainda afirma que o objetivo da governança é converter os princípios básicos em recomendações objetivas facilitando o acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e bem comum, alinhando os interesses empresarial com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo das organizações.

Esses princípios balizadores que regem as boas práticas de governança corporativa são: *disclosure*, *accountability*, *fairness e compliance*, os quais criam um ambiente favorável ao alinhamento entre acionistas e gestores (RIBEIRO; DOS SANTOS, 2015).

Desse modo, segundo o IBGC (2015), os princípios básicos de governança corporativa contemplam: a) transparência (*disclosure*) – disponibilizar para as partes interessadas informações que sejam de seu interesse e não somente as impostas legalmente; b) equidade – tratar de modo justo e isonômico todos os *stakeholders*; c) prestação de contas (*accountability*) – prestar contas de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo; e d) responsabilidade social corporativa (RSC) – zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações e aumentar as positivas, no curto, médio e longo prazos.

Caracterizando os princípios, segundo Tinoco, Escuder e Yoshitake (2011), a transparência faz parte das funções exercidas pelo conselho administrativo, auditoria independente e o conselho fiscal, possuindo papel fundamental no exercício do controle, assegurando aos acionistas e *stakeholders* a transparência necessária.

Por sua vez, a equidade se caracteriza pelo tratamento justo e isonômico de todos os acionistas e os *stakeholders*, tendo os seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas levados em consideração (IBGC, 2015).

Dessa forma, segundo Lugoboni *et al.* (2018), os acionistas devem ter seus direitos resguardados e tratamento deve ser totalmente paritário, mesmo em se tratando de acionistas minoritários e pequenos investidores. E do ponto de vista dos *stakeholders*, a equidade visa a redução de assimetria de informação e o privilegia de grupos específicos, com a função de tratar todos os grupos de maneira equivalente, fornecendo o mesmo nível de informação e tratamento (LUGOBONI *et al.*, 2018).

Dando prosseguimento aos princípios básicos da governança corporativa, a prestação de contas, (também chamada de *accountability*), da atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis (IBGC, 2015).

Assim, refere-se à capacidade de uma organização em manter a confiança do público e explicar as suas promessas para quem a apoia, sem se afastar da sua missão e práticas adequadas de gestão (VALENCIA *et al.*, 2015).

Por último, aborda-se o princípio da responsabilidade corporativa, que tem como definição do IBGC (2015), o dever de zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais, seja ele financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional no curto, médio e longo prazos.

Dessa forma, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é tida como extensão da firma para promover a eficácia da governança corporativa, garantindo a sustentabilidade pelas práticas empresariais que promovam a responsabilidade e transparência aos acionistas e a sociedade (JO; HARJOTO, 2012).

Desse modo, a governança corporativa afeta positivamente o engajamento da empresa na RSC (JO; HARJOTO, 2012), constituindo-se instrumento de supervisão para garantir comportamento ético e coerente da gestão (FRÍAS-ACEITUNO; RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2014).

No tocante aos aspectos legais, para as estatais federais, Ribeiro Neto *et al.* (2018) apresentam um instrumento de avaliação contínua, o IG-Sest, sem caráter punitivo, que verifica

o cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas de governança corporativa. É o maior índice do Indicador de Governança desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Esse índice mede os avanços e melhores práticas de governança nas empresas estatais federais de controle direto da União à luz da Lei nº 13.303/16 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Decreto nº 8.945/16 que a regulamenta no âmbito da União (BRASIL, 2016a; 2016b).

Dessa maneira, tem por características também fomentar a adoção de boas práticas pelas empresas estatais federais, de forma que operem eficientemente e com transparência; auxiliar as empresas a identificar os aspectos em que há espaço para melhorias e fornecer elementos para que a SEST aprimore sua atuação no papel da coordenação e governança das empresas estatais (IBGC, 2015).

Essa avaliação contínua leva em conta aspectos de governança, transparência, gerenciamento de riscos e controles. Entre os itens analisados estão, por exemplo, os relatórios anuais de atividades de auditoria interna; ouvidoria ou canal de denúncia; código de conduta e integridade, e até mesmo quesitos como acesso feminino a cargos de liderança e promoção hierárquica que contemple a diversidade e a pluralidade (IBGC, 2015).

Ainda pela lei 13.303/2016, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

a) Elaboração de carta anual com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;

b) Adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

c) Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

- d) Elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;
- e) Elaboração de política de distribuição de dividendos;
- f) Divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;
- g) Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;
- h) Ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa;
- i) Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

Em complemento às obrigações, a Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (BACEN, 2009).

Por sua vez, a Resolução BACEN nº 4.327/2014 dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2014).

E para o âmbito dos bancos, a Resolução BACEN nº 4.557/2017 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, ambas do Conselho Monetário Nacional – CMN, bem como ao Normativo de criação e implementação de política de responsabilidade socioambiental SARB nº 14/2014 da FEBRABAN, que formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais dos seus Signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas (BACEN, 2017).

Por fim, recentemente surgiu:

- a) A necessidade de publicação, por parte das instituições financeiras, da nova Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (Resolução CMN 4.945/2021);
- b) Novas determinações para o gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos (Resolução CMN 4.943/2021);
- c) Critérios e restrições socioambientais para a concessão de crédito rural (Resolução BACEN 140/2021);
- d) E a obrigatoriedade de divulgação de relatórios de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Resolução BACEN 139/2021).

Por outro lado, os níveis de governança corporativa foram criados, no Brasil, para conter uma perda de volume de negócios para outros mercados, pois se acreditava que essa perda estaria relacionada à fraca proteção aos acionistas minoritários (BLACK, CARVALHO & SAMPAIO, 2014).

Desse modo, a criação dos segmentos de governança corporativa contribuiu para o aumento de ofertas públicas iniciais, a estabilização do número de empresas listadas e o aumento do volume de negociações (CARVALHO; PENNACCHI, 2012; BLACK, CARVALHO & SAMPAIO, 2014).

Esses segmentos, denominados pela [B]³ (2021) como segmento de listagem, são compostos de seis níveis: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

Os dois primeiros níveis estão presentes nas empresas que negociam seus títulos no mercado de balcão organizado, enquanto os quatro níveis posteriores foram elaborados para as empresas que possuem ações no mercado à vista.

Cada um desses níveis possui obrigações a serem cumpridas pelas empresas que desejam aderir a eles, sendo cumulativas essas obrigações em caso de uma migração para um nível superior ao atual.

A seguir, a descrição das principais características dos níveis de governança corporativa definido pela [B]³ (2021):

- a) As obrigações referentes ao nível Tradicional exigem que as empresas emitam ações preferenciais e ordinárias e exige que o conselho de administração possua no mínimo três membros.

b) As empresas listadas no Nível 1 devem cumprir com os requisitos do segmento Tradicional e prever dispersão acionária nas ofertas públicas de distribuição de ações, mandatos de até dois anos para os membros do conselho de administração, sendo vedado o presidente do conselho e o diretor presidente serem a mesma pessoa. Ainda devem ter reunião pública anual obrigatória e divulgação de informação adicional de acordo com a política de negociação de valores mobiliários e código de conduta.

c) Quanto as empresas que estão listadas no Nível 2, são necessários os requisitos do Nível 1, além dos seguintes requisitos: limitação de voto inferior a 5% do capital para vedação a disposições estatutárias e quórum qualificado. Pelo menos 20% do conselho de administração deve ser independente e tem a obrigação de se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de emissão de ações da companhia, devendo ela ser, no mínimo, pelo valor econômico em caso de registro ou saída do segmento de listagem, exceto se for para o segmento Novo Mercado.

d) Em relação às empresas que fazem parte do segmento de listagem Novo Mercado, as obrigações compreendem, além daquelas requisitadas pelo Nível 2, a emissão apenas de ações ordinárias, a divulgação das informações em inglês simultaneamente com as divulgadas em português. Em caso de saída do segmento a empresa deve realizar uma oferta pública de aquisição de ações mensurado a valor justo, com quórum de aceitação ou concordância com a saída do segmento de mais de 1/3 dos titulares das ações em circulação, sendo obrigatória a criação do comitê de auditoria, auditoria interna e *compliance*.

Conforme explicam Clemente *et al.* (2014), por não serem conhecidos, os níveis de governança, pelo mercado, as boas práticas de governança corporativa estarão generalizadas nas empresas de maior liquidez, reduzindo o potencial de diferenciação e a repercussão das práticas de governança sobre o risco e o valor das ações.

Por outro lado, Beck *et al.* (2012) concluíram que as empresas que subiram o nível de governança corporativa, apresentaram uma tendência de apresentar um aumento no valor de mercado, na participação do capital próprio e na dispersão acionária. Contudo, Silva, Nardi e Pimenta-Júnior (2016) não perceberam um aumento na liquidez das ações após a adesão das empresas aos níveis diferenciados de governança corporativa, devido à legislação brasileira regular apenas a relação entre acionistas majoritários e minoritários.

2.2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Buscando boas ações regulatórias para as maneiras de como uma companhia é gerida, Abbade e Mores (2013) consideram que a consolidação de práticas e iniciativas de RSC e DS (Desenvolvimento Sustentável) são importantes para que se conquiste um entendimento maior de seus impactos na sociedade assim como para o comportamento organizacional. Essas práticas de RSC podem auxiliar na melhora dos resultados financeiros das entidades, segundo indicam Aguilera-Caracuel *et al.* (2015).

Definida como “o compromisso dos negócios de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo para melhorar a sua qualidade de vida” (MATIAS, 2014), a Responsabilidade Social, aliada à Governança Corporativa, tem sido a grande aposta de empresas com efetiva visão de mercado e que pretendem realmente se desenvolver, agregando valor, em detrimento do mero lucro.

Por outro lado, Brown e Dacin (1997) a define como o status e as atividades das empresas com as suas obrigações perante a sociedade. E começando a ser debatida na segunda metade do século XX, é definida, por Carroll (1979), como a responsabilidade social do empreendimento, incluindo os âmbitos legal, econômico, ético e descrição que a sociedade espera de uma organização em um determinado período.

Essa definição dada por Carroll (1979) é mais completa, por incorporar todas as dimensões da responsabilidade da empresa perante a sociedade, além de incorporar no seu conceito que essa necessidade é mutável durante o tempo, dependendo das exigências da sociedade ao seu redor.

Conquanto existam várias definições de RSC, todas elas concordam que as empresas precisam atender às expectativas da sociedade quanto ao planejamento das estratégias de responsabilidade social (SAEIDI *et al.*, 2014).

Além disso, de acordo com Matias (2014), as estratégias devem estar voltadas não mais apenas para a prevenção de riscos ambientais e de imagens, mas para oportunidades de mercado ligadas ao fornecimento de soluções sociais e ambientais.

As organizações podem tornar-se socialmente responsáveis, divulgando suas ações e preocupações sociais, ambientais e éticas em seus relatórios anuais, integrados e sociais, como também em seus sites oficiais (DYDUCH; KRASODOMSKA, 2017).

Para tanto, a divulgação dos relatórios de sustentabilidade garante benefícios competitivos, de acordo com a pesquisa elaborada por Azevedo, Ende e Wittmann (2016), especialmente para as organizações legitimarem suas ações (KOULOUKOUI *et al.*, 2018) e reduzir os custos políticos e sociais (GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEEN, 2011).

Por sua vez, Conceição, Dourado e Silva (2012) mencionam em sua pesquisa, que a realização do relatório de sustentabilidade empresarial na visão do GRI permite entendimento do perfil da companhia (informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança).

Todavia, uma tendência recente é a divulgação de relatórios de RSC e de sustentabilidade integrados aos demais demonstrativos da empresa, o que é proposto como uma forma de trazer a público informações concretas e conjuntas sobre estratégia, governança e perspectiva de desempenho, de modo a refletir, para o contexto de negócios, os aspectos social, ambiental e econômico no qual a empresa está inserida (FLOWER, 2015; THOMSON, 2015). Particularmente em relação ao Brasil, essa prática vem se consolidando cada vez mais, consoante observam Gisbert e Lunardi (2012).

2.3 Sustentabilidade corporativa

O termo sustentabilidade se traduz no equilíbrio das questões ambientais, econômicas e sociais conhecidas como *triple bottom line* (ELKINGTON, 2012), tendo como ponto central que as empresas combinem essas três dimensões entre si, em seu modelo de gestão, isto é, vai além dos aspectos meramente econômicos. Ainda para Elkington (2012), do ponto de vista da operacionalização, as inovações deveriam ser baseadas no modelo da sustentabilidade que abordassem essas três dimensões.

Com o crescimento da pressão social por um desenvolvimento mais sustentável, esse conceito passou a figurar nas agendas de várias instituições ao redor do mundo, ainda que sejam em busca de legitimação, da imposição e legislação governamental (LIMA; FERNANDES; AMÂNCIO-VIEIRA, 2018).

Desse modo, Baumgartner (2014) considera que o principal ponto de partida da discussão internacional sobre o desenvolvimento sustentável foi o Relatório *Brundtland* ao introduzir este conceito, pois em 1987, a divulgação desse Relatório, intitulado “Nosso futuro comum”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das Nações Unidas (1988), popularizou a expressão "desenvolvimento sustentável" e sua definição, considerada a mais próxima do consenso oficial.

Esse documento (CMMAD, 1988) informa o seguinte: "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades".

Portanto, são as condições da nossa geração para administrar os recursos básicos de forma a garantir a mesma qualidade de vida da geração atual para todas as gerações futuras. Esse conceito passou a figurar nas agendas de várias instituições

Assim, Munck (2013) desdobra a dimensão ambiental abrangendo a prevenção dos impactos gerados pela organização nos sistemas naturais compostos por seres vivos e não vivos. Para o autor, a dimensão econômica abrange aspectos como competitividade, oferta de empregos, penetração em novos mercados e lucratividade voltada para o longo prazo. Por fim, considera que a dimensão social abrange a gestão de impacto que a organização gera nos sistemas sociais relacionados à organização.

Por outro lado, para Soschinski *et al* (2019), a dimensão social geralmente é formada pelas categorias relacionadas a força de trabalho, direitos humanos, comunidade e responsabilidade do produto.

Dessa forma, a sustentabilidade é uma questão cada vez mais presente no cotidiano empresarial, uma vez que as organizações devem ser vistas como um todo, não podendo mais ser entendidas unicamente como meio para gerar retorno econômico, devendo considerar também seu papel junto à sociedade e ao meio ambiente.

Por sua vez, a sustentabilidade corporativa combina valores, estratégia e instrumentos, sendo conquistada gradualmente, ou seja, à medida que é disseminada nas atividades e na cultura (LOZANO, 2015).

Tal abordagem é corroborada pelos estudos de Moiescu (2018), o qual menciona que a sustentabilidade corporativa reflete o grau em que uma organização é percebida pelos clientes, por incluir as preocupações econômicas, sociais e ambientais em suas operações comerciais e interações com seus *stakeholders*.

Conforme apontado por Paz e Kipper (2016), a implantação de práticas de sustentabilidade corporativa traz ganhos importantes, tanto no nível gerencial, como econômico, ou seja, a sustentabilidade pode significar também diferencial competitivo.

Para isso, os projetos da FEBRABAN, em relação à sustentabilidade, procuram alinhar a atuação do setor bancário brasileiro às principais referências e acordos vigentes sobre

o tema, como os compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção do Clima (Acordo de Paris) e Agenda 2030 da ONU – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambas iniciativas das Nações Unidas, conforme Figura 1.

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: <https://brasil.un.org/> (2022)

Alinhado à responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 ODS, está o Pacto Global para quem o integra, o qual é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações aos Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade.

É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países. No Brasil foi criado em 2003, e hoje é a terceira maior rede local do mundo, com mais de 1,5 mil membros (PACTO GLOBAL, 2022).

O Pacto Global defende dez Princípios Universais (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2021):

- a) Princípios de Direitos Humanos: 1. Respeitar e proteger os direitos humanos; 2. Impedir violações de direitos humanos;
- b) Princípios de Direitos do Trabalho: 3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho; 4. Abolir o trabalho forçado; 5. Abolir o trabalho infantil; 6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

c) Princípios de Proteção Ambiental: 7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. Promover a responsabilidade ambiental; 9. Encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente.

d) Princípio contra a Corrupção: 10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Outra referência relevante é a Força Tarefa do Financial Stability Board (FSB) sobre divulgação de informações financeiras associadas às mudanças climáticas, que possui a adesão formal da FEBRABAN, que também apoiou, desde o seu lançamento, a iniciativa “Princípios para a Sustentabilidade Bancária”, da *United Nations Environment Programme Finance Initiative* (UNEP-FI) (FEBRABAN, 2021).

Assim, diversas práticas de gestão da sustentabilidade corporativa foram criadas dentre as quais destacam-se as diretrizes da GRI para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (BHIMANI; SOONAWALLA, 2005; KRAJNC; GLAVIČ, 2005; PÉREZ-LÓPES, MORENO-ROMERO; BARKEMEYER, 2015).

Farneti e Guthrie (2009) identificaram que essa iniciativa é uma opção para a elaboração de relatórios de sustentabilidade para diversas instituições, inclusive públicas, as quais, segundo Lozano (2011), necessitam desenvolver melhor a prática de elaboração de relatórios de sustentabilidade, considerando o baixo número de relatórios existentes para esse tipo de instituição.

2.3.1 Global Reporting Initiative (GRI)

O GRI é um padrão operado de forma expressiva no mundo que fornece materialidade e comparabilidade aos relatórios de sustentabilidade e se sobressai ao apresentar referenciais para a produção e melhoria dos relatos (CASTILHO & VASCONCELOS, 2016).

Pesquisando o impacto do GRI nas empresas desde sua criação em 1999 até 2010, Marimon *et al.* (2012) verificaram que o número de empresas que divulgaram o relatório nesse modelo passou de 6, em 1999, para 1656, em 2010.

As estatísticas da GRI também refletem uma tendência crescente de crescimento no mundo, à medida que mais e mais empresas passam a usar o GRI - Estrutura de Relatório de Sustentabilidade moderna e abrangente permitindo que as organizações meçam e relatem suas

atividades econômicas, ambientais, sociais e de governança desempenho sustentabilidade (GURVITSH; SIDOROVA, 2012).

Quanto a esse aspecto, Lock e Seele (2016) descobriram que a padronização por meio da estrutura GRI melhora a qualidade dos relatórios pelo fato de serem encontradas evidências de que um nível elevado de aplicação, quanto à emissão de relatórios com base na GRI afeta a credibilidade dos relatórios positivamente.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2017) define o GRI como uma organização internacional e independente que assiste às empresas e outras instituições a assimilar e transmitir o impacto dos negócios em questões críticas relacionadas à sustentabilidade.

Por sua vez, o relatório de sustentabilidade corporativa engloba informações econômico-financeiras, sociais e ambientais, ou seja, sobre os pilares da sustentabilidade (econômico, social e ambiental), destacando-se por evidenciar as políticas implantadas pelas empresas para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações, e as ações sociais desenvolvidas em prol da sociedade (WEBER; MARLEY, 2012).

Os modelos GRI pretendem harmonizar os relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade no sentido de melhorar o processo de análise dos mesmos, almejando que os relatórios de sustentabilidade sejam rotineiros e passíveis de comparação como os relatórios financeiros (AMBROZINI, 2017; CRISÓSTOMO; PRUDÊNCIO; FORTE, 2017; GARCIA *et al.*, 2015).

Esses relatórios GRI são estruturados de acordo com diretrizes que visam estabelecer princípios e indicadores essenciais e complementares que permitam a adequada divulgação de ação social e preocupação com sustentabilidade das organizações, levando em consideração a diversidade entre elas (MADALENA *et al.*, 2016).

Ainda sobre esta questão, a literatura tem apontado a necessidade de maior compreensibilidade, completude ou abrangência do relatório no sentido de este incorporar, não somente intenções de ações, mas sim informações concretas de ações e até mesmo indicadores de desempenho social (BOUTEN *et al.*, 2011; ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; VAN STADEN; HOOKS, 2007).

Esses relatórios da GRI trouxeram também, desde 2010, o novo conceito de Relatórios Integrados, que transmitem informações econômicas, financeiras e sociais

conjuntamente e que vem sendo sugerido como uma prática que pode suscitar avanços no *disclosure*, apesar das controvérsias ainda existentes (ADAMS, 2015; THOMSON, 2015).

2.3.2 A economia brasileira nos últimos anos

As instituições financeiras possuem um papel essencial na economia global por interagirem com todos os setores econômicos. Um estudo contábil feito pelo Centro de Estudos de Mercado de Capitais - CEMEC (2016) mostrou que a economia brasileira estava vivendo uma “crise”, na qual as flutuações cíclicas da economia resultam da maneira como as firmas financiam suas posições de carteira, com a fragilidade se elevando em períodos de crescimento devido ao aumento do número de agentes com posturas especulativas.

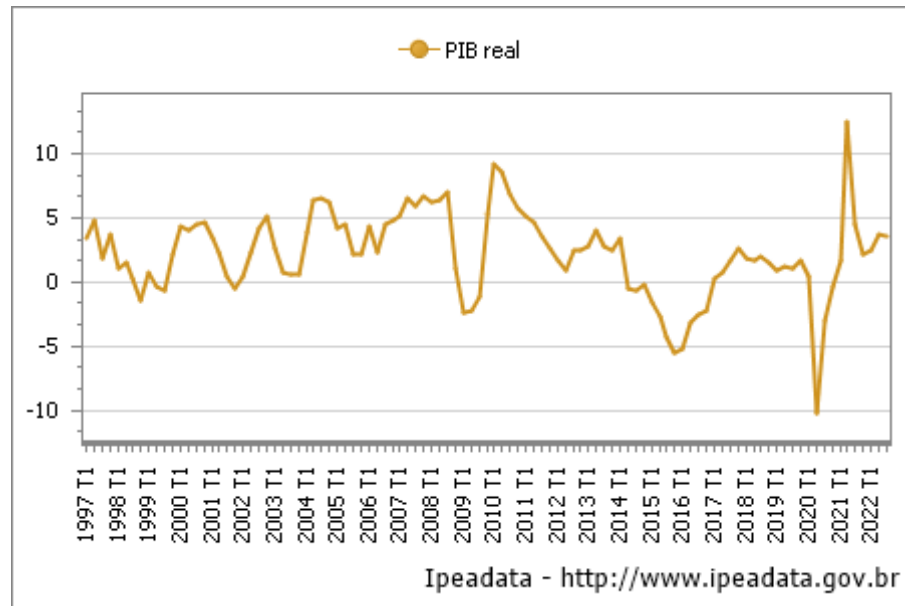
De 2013 para junho de 2016 a porcentagem de companhias abertas (excluindo Petrobras), cuja geração de caixa não cobria as despesas financeiras da dívida, aumentou de 29,6% para 54,9%, ou seja mais de 50% das Sociedades Anônimas. encontravam-se com uma estrutura em caso extremo de unidade especulativa de financiamento, em função dos efeitos combinados da recessão, desvalorização cambial e menor geração de caixa das vendas.

A figura 2, a seguir, mostra o Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de mercado com a variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. As informações sobre as séries do Sistema de Contas Nacionais, referência 2010, estão em conformidade com o novo manual *System of National Accounts* (SNA) de 2008, da ONU, que inclui, entre outras mudanças metodológicas, a nova classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2021).

De acordo com Barua (2016), em 2015, a economia brasileira contraiu-se fortemente, com queda de 5,9% do PIB real. Oreiro (2017) e De Paula e Pires (2017) destacam que a grande recessão brasileira se iniciou no segundo trimestre de 2014 e intensificou-se nos dois anos seguintes. Safatle, Borges, & Oliveira (2016) corroboram os dados oficiais reafirmando a existência de uma crise econômica no Brasil.

Contudo, Oreiro (2017), ao traçar o perfil da crise, aborda seus efeitos no setor não financeiro, sugerindo que o setor financeiro, incluindo o bancário, não foi afetado pela depressão.

Figura 2: PIB real brasileiro nos últimos anos



Fonte: <https://www.ipeadata.gov.br> (2021).

Os relatórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) referentes aos anos de 2014 e 2015 já apontavam nessa direção ao afirmarem, por exemplo, que “os resultados dos cinco maiores bancos do país mostraram que não existe cenário ruim para o setor financeiro, independentemente do desempenho da economia” (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2015). Ou que “os bancos freiam o crédito, reduzem agências e cortam postos de trabalho, mas os lucros seguem elevados” (DIEESE, 2016).

Ademais, é defensável o argumento de que os bancos se reestruturaram em períodos de crise, mantendo-se inalterada a sua eficiência ou, até mesmo, aumentando-a. Essas afirmações podem ser explicadas por hegemonia e bloco no poder, que, segundo Teixeira e Pinto (2012), é o papel conferido — desde a década de 1990 — à fração bancário-financeira no Brasil.

Desse modo, o setor bancário poderia exercer essa hegemonia condicionando os ditames da política econômica governamental e “blindando-se” dos efeitos nefastos de uma crise econômica.

A economia brasileira mostrou sinais de recuperação em 2017, com uma alta do PIB de 1,0%. Houve sinais que indicaram o início da recuperação, com crescimento de 1% do PIB após três anos de recessão, em um cenário de baixa inflação e menores taxas de juros. Entre 2015 e 2019, o crescimento médio anual do PIB foi de cerca de - 0,5%, caracterizando uma estagnação (CAMARGO, 2015; FILGUEIRAS, 2018; IPEA, 2021).

Em 2019, o crescimento do PIB foi de 1,41%, depois de crescer 1,30% em 2017 e 1,78%, em 2018. No primeiro trimestre de 2020, o PIB sofreu uma contração de 0,27%. Cabe lembrar que os efeitos da pandemia na economia brasileira só se fizeram sentir de forma relevante a partir de março de 2021 (IPEADATA, 2021).

2.4 Estudos empíricos correlatos

A revisão bibliográfica sobre governança e sustentabilidade possibilitou o conhecimento de estudos pretéritos que auxiliaram na fundamentação da pesquisa. Na intenção de identificar o maior número de estudos possíveis sobre a temática, foram utilizadas pesquisas realizadas no intervalo de 2011 a 2020, utilizando a plataforma *Scientific Periodicals Electronic Library - SPELL®*.

Assim, a fundamentação teórica básica para as pesquisas encontra-se em Elkington (2012) e IBGC. Na maioria dos estudos foram utilizados metodologia qualitativa com a aplicação de análise de conteúdo de relatórios, quais sejam: Grander *et al.* (2020), Castilhos e Silva (2020), Lugoboni *et al.* (2018), Tavares, Varzoni-Júnior e Henrique (2019), Freitas *et al.* (2018), Casagrande e Lavarda (2015), Bomfim, Teixeira e Monte (2015) e Benites e Pólo (2013).

Todavia, no levantamento realizado, foi possível constatar que as empresas de grande porte possuem uma predisposição a divulgarem seus relatórios com maior evidenciação dos aspectos de governança corporativa. Esse achado é encontrado nos estudos realizados por Lugoboni *et al.* (2018).

Nesse sentido, Silveira e Alberton (2019) constataram que a busca das empresas por legitimidade, por meio da prática dos relatórios de sustentabilidade, ocorre em empresas maiores, conseqüentemente, e mais evidentes no mercado.

Essa busca pode resultar de práticas amplamente adotadas em seu setor, do monitoramento das questões de sustentabilidade exercido por comitês especializados ligados à estrutura de governança corporativa e da adoção de práticas de relato que atribuem qualidade e credibilidade aos relatórios de sustentabilidade. De acordo com Grander *et al.* (2020), o impacto de práticas de sustentabilidade dentro das organizações é mecanismo de melhoria do desempenho organizacional.

No entanto, Castilhos e Silva (2020) apontam para uma abordagem que busca uma nova forma de olhar a dinâmica das tecnologias sociais, problemas, inovações, modelos,

estágios, transições, desafios e mudanças, a fim de contribuir para novos modelos de desenvolvimento social sustentável no Brasil.

Por sua vez, Kuronuma, Barciella e Silva (2019) identificaram que as empresas que possuem práticas de governança apresentam riscos menores quando comparadas às que não possuem. Entretanto, Mazzioni *et al.* (2017) constata que as empresas não familiares listadas na [B]³ apresentaram média de evidenciação voluntária de natureza socioambiental mais elevada.

Foi observado também por Casagrande e Lavarda (2015), analisando as convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade, que a governança corporativa recebe alta prioridade na agenda dos formuladores de políticas organizacionais, investidores e acadêmicos. Isso indica, segundo ele, que a ligação desta temática com a busca por legitimidade e a sustentabilidade mostra-se um campo profícuo para a produção de pesquisas acadêmicas.

Por outro lado, segundo Guimarães, Peixoto e Carvalho (2017), pode-se inferir que as empresas mais sustentáveis tendem a conceder maiores remunerações a seus gestores, o que corrobora os pressupostos da Teoria dos *Stakeholders*. Essa teoria sustenta que as empresas, para garantir valor em longo prazo, necessitam conciliar os interesses dos acionistas com empregados, clientes, fornecedores e da comunidade.

Além disso, Lima *et al.* (2015) afirmam que nenhuma evidência pode ser inferida sobre a relação entre a reputação e a qualidade da governança corporativa, contrariando as indicações da literatura corrente sobre o assunto.

Quanto ao conteúdo nos relatórios de sustentabilidade relacionado ao *triple bottom line* e suas aplicações em suas práticas empresariais, Tavares *et al.* (2019) identificaram que empresas pesquisadas, as três principais empresas do ramo cosmético – Avon, Boticário e Natura – se preocuparam em mostrar conjunto de atitudes nos *bottom lines* econômico, social e ambiental. No entanto, a empresa que melhor elaborou e detalhou esses três pilares do tripé disponibilizaram não só as informações, mas também o método e resultados.

Outras evidências, de acordo com Santana *et al.* (2015), demonstram que somente o *disclosure* socioambiental sinaliza o desempenho empresarial, na medida em que quanto maior o *disclosure*, maior o desempenho.

Assim, o desempenho ambiental da empresa, segundo Benites, Pólo (2013), fornece o reconhecimento público de exemplo e líder empresarial na área da sustentabilidade,

facilitando o seu envolvimento com as partes interessadas e motivando a todos os envolvidos a seguir trabalhando no lema da sustentabilidade, embora esses esforços da empresa sejam fortes nos países com legislações mais exigentes do que nos outros onde a empresa atua.

Algumas outras variáveis, segundo Bomfim, Teixeira e Monte (2015), como a administração familiar, a idade da companhia, a influência da comunidade, a presença de um comitê de sustentabilidade, o tamanho e o desempenho apresentam efeito positivo no *disclosure* da sustentabilidade.

Por outro lado, a participação no Novo Mercado da BM&FBovespa mostrou-se negativamente relacionada com o nível de *disclosure* da sustentabilidade, demonstrando que a inserção neste nível diferenciado de governança corporativa não influencia na divulgação de informações pelas companhias investigadas.

Por fim, os principais resultados de Ribeiro (2015) mostraram que aproximadamente 69% das publicações foram realizadas em parceria; Anwar, Cvelbar, Galbreath, Lazonick e Mulyadi foram os autores mais profícuos; as Universidades de Curtin e Cambridge foram as que mais publicaram; os países que se destacaram neste estudo foram Austrália, Estados Unidos e Inglaterra.

Ainda assim, observou-se baixa densidade das redes sociais analisadas neste estudo. E os temas mais abordados foram a responsabilidade social corporativa, *disclosure*, valor aos acionistas, desempenho organizacional, conselho de administração, desenvolvimento sustentável, ética, auditoria e estrutura de capital.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

A metodologia adotada é de abordagem predominantemente qualitativa, baseada em pesquisa documental em torno dos relatórios de sustentabilidade dos bancos brasileiros, do período de 2016 (ano que, no mínimo, todos os bancos começaram a publicar seus relatórios) a 2021 (com a observação que alguns ainda não publicaram nesse ano), a fim de se identificar as ações adotadas pelo setor bancário, a partir de suas estruturas de governança e a aplicação do *triple bottom line*.

A natureza de base qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação dos dados, devido se basear em dados de texto e imagem, possuir passos singulares na análise dos dados e se valer de diferentes estratégias de investigação (CRESWELL, 2014).

Por sua vez, a pesquisa documental, segundo Gil (2019), vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo primordial a apresentação de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2019).

3.2 Unidades de análise

Existem 15 bancos listados na [B]³, entretanto, não foram encontrados os relatórios de sustentabilidade necessários à realização do estudo das seguintes instituições: BANESE, Banco Mercantil de Investimento e Banco Patagônia, os quais não foram contemplados na amostra.

Com isso, foi realizada a análise em 12 instituições que publicaram seus relatórios no período compreendido na análise, as quais são classificadas em diferentes níveis de governança especificados pela [B]³, conforme mostrado no Quadro 1:

Quadro 1: Instituições Financeiras listadas na [B]³.

Denominação Social	Segmento de listagem – Relate ou Explique 2019	Metodologia do Relatório de sustentabilidade ou Integrado	IG - SEST
BANCO AMAZÔNIA	BOLSA	GRI	NIVEL 1

BANCO BRASIL	NOVO MERCADO	GRI	NIVEL 1
BANCO ESTADO DO PARA	BOLSA	GRI	NÃO CONSTA
BANCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	NIVEL 1	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
BANCO BRASILIA	BOLSA	–	NIVEL 1
BANCO NORDESTE DO BRASIL	BOLSA	GRI	NIVEL 2
PINE	NIVEL 2	GRI	NÃO CONSTA
ITAUSA	NIVEL 1	GRI e IIRC	NÃO ESTATAL
ITAU UNIBANCO HOLDING	NIVEL 1	GRI, IIRC e AA1000	NÃO ESTATAL
BRADESCO	NIVEL 1	GRI e IIRC	NÃO ESTATAL
BANCO MERCANTIL DO BRASIL	BOLSA	GRI	NÃO ESTATAL
SANTANDER	BOLSA	GRI, IIRC e SASB	NÃO ESTATAL

Fonte: Site [B]³ – Relate ou explique, 2019.

O Relate ou Explique, fonte do Quadro 1, foi uma iniciativa em parceria com a GRI lançada na Rio+20, em 2012, para estimular que as companhias listadas na [B]³, reportassem no Formulário de Referência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se publicavam Relatório Anual que consideravam aspectos de sustentabilidade e, se não, explicassem o motivo. O objetivo, além de estimular à transparência, visava compilar estes dados em um único documento, facilitando o acesso rápido a estas informações por parte do investidor ([B]³, 2021).

O Quadro 1 possui 12 bancos com os requisitos estabelecidos neste estudo, de estar listado na [B]³ e divulgar Relatório de sustentabilidade, quais sejam: Banco Amazônia (BASA), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco de Brasília (BRB), Bradesco, Banco Mercantil do Brasil, Pine., Itaúsa e Itau Unibanco (ambos do mesmo grupo) e Santander.

Para localizar os relatórios das empresas participantes, publicados de 2016 a 2021, verificou-se a disponibilidade dos documentos nos respectivos sítios eletrônicos, considerando se que podem ter sido publicados com as seguintes denominações: relato integrado, relatório de sustentabilidade ou relatório anual.

A partir destas diretrizes, foi realizada análise do que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o enfoque do *triple bottom line*, a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do IBGC.

3.2.1 Bancos estudados

O Banco Amazônia foi criado em 9 de julho de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha. Em 1950, é transformado em Banco de Crédito da Amazônia e em 1966, o nome Banco da Amazônia S.A é atribuído, quando assume o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal (BASA, 2021).

Por outro lado, o Banco do Brasil foi fundado em 12 de outubro de 1808, sendo a primeira instituição bancária a operar no país. Em 2010, permaneceu como a maior instituição financeira da América Latina, somando R\$ 811,2 bilhões em ativos. Possui presença física em 23 países e, por meio de uma rede de 1.039 bancos correspondentes, alcança 140 países, sendo o banco brasileiro que conta com a maior rede própria de atendimento no exterior (BB, 2021).

Por sua vez, o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) é uma Sociedade de Economia Mista, organizado sob a forma de banco múltiplo, com a missão de gerar valor para o Estado do Pará, como um banco autossustentável que atua para o desenvolvimento econômico e social (BANPARÁ, 2021).

Dessa mesma forma é o Banrisul, sociedade anônima de capital aberto, que atua sob a forma de banco múltiplo e como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL, 2021).

Desse mesmo modo, o Banco de Brasília S.A. é uma sociedade de economia mista, cujo acionista majoritário é o Governo do Distrito Federal (96,85%). Foi criado no dia 10 de dezembro de 1964 (Lei Federal 4.545) e obteve autorização para funcionar em 12 de julho de 1966. Em 1986, a denominação de Banco Regional de Brasília S.A. foi alterada, embora tenha permanecido a sigla BRB. Em 1991, transformou-se em banco múltiplo com as seguintes carteiras: comercial, câmbio, desenvolvimento e imobiliária (BRB, 2021).

Diferenciando-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: atuar como Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil S.A.(BNB) é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e (BNB, 2021).

Ainda no setor público, o Banco Pine remonta como origem à tradição da família Pinheiro no mercado financeiro, iniciada em 1939, com a fundação do Banco Central do Nordeste. Em 1997, é fundado e desde 2005, o Sr. Noberto Nogueira Pinheiro se torna o único acionista controlador do banco e atualmente exerce a função de membro do Conselho de Administração. Em 2007, o PINE tornou-se uma empresa pública e passou a negociar suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), vendendo aproximadamente 30% de seu capital por R\$ 517 milhões com a emissão de novas ações preferenciais (PINE, 2021).

Ademais citados os bancos públicos estudados, no rol contém também bancos particulares, tais como o ITAÚSA, que é uma holding brasileira de investimentos, de capital aberto, com mais de 45 anos de trajetória, que atua nos segmentos financeiro, bens de consumo, materiais de construção civil, saneamento, energia e infraestrutura (ITAUSA, 2021).

Entre as principais empresas controladas do ITAÚSA, o ITAU UNIBANCO é o maior banco privado do Brasil e a maior instituição financeira da América Latina e uma das maiores do mundo (ITAU, 2021).

Também considerado um dos maiores grupos financeiros do Brasil, o Bradesco foi fundado desde 1943 (BRADESCO, 2021). Da mesma forma, o Banco Mercantil é uma instituição financeira com quase 80 anos de mercado (MB, 2021) e, por fim, o Santander, em atividade no mercado local desde 1982, é o terceiro maior banco privado do País por ativos (SANTANDER, 2021).

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados, em conformidade com a técnica de análise de conteúdo, segue os procedimentos de pesquisa documental, realizada de janeiro a julho de 2022, por meio da obtenção de relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas brasileiras nas diretrizes da GRI diretamente de seus *websites*.

Foram coletados 67 relatórios, considerando as publicações desde 2016, ano mais antigo de início de divulgação de um dos bancos, até 2021, exceto o banco Pine que divulgou somente até 2017 e o banco Mercantil que não publicou em 2019. Os dados utilizados foram esses relatos integrados e corporativos das 12 instituições bancárias brasileiras, listadas pela [B]³.

3.4 Procedimentos de análise dos resultados

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos “significados” (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise lexical, análise dos procedimentos). É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016).

Para Bardin (2016), as diferentes fases da análise, tal como inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos:

- i. A pré-análise;
- ii. A exploração do material;
- iii. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Geralmente a pré-análise possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Por sua vez, a exploração de material consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. E por fim, no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, operações estatísticas simples ou mais complexas, permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Por outro lado, as categorias analíticas do estudo foram definidas a partir dos objetivos e da revisão da literatura sobre o tema. No Quadro 2, podem ser observados os objetivos específicos, as categorias que foram utilizadas, os elementos de análise e seus respectivos códigos.

Quadro 2 – Objetivos específicos, categorias analíticas e elementos de análise

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE	CÓDIGOS
Identificar as ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas aos princípios do IBGC;	Princípios básicos de governança corporativa, segundo o IBGC (2015).	Ações externas	Transparência - <i>disclosure</i>
		Ações internas	
		Ações externas	Equidade
		Ações internas	

		Ações externas	Prestação de contas – <i>accountability</i>
		Ações internas	
		Ações externas	Responsabilidade Social Corporativa - RSC
		Ações internas	
Investigar a presença de elementos vinculados ao <i>triple bottom line</i> nos relatórios de sustentabilidade dos bancos brasileiros.	<i>Triple bottom line</i> (ELKINGTON, 2012).	Ações externas	Questões ambientais
		Ações internas	
		Ações externas	Questões econômicas
		Ações internas	
		Ações externas	Questões sociais
		Ações internas	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre o *corpus* reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes. O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2016).

Para identificar as ações externas e internas dos princípios de governança corporativa e do *triple bottom line*, nos relatórios de sustentabilidade, foram seguidas as seguintes etapas:

- a) Localização dos relatórios de sustentabilidade em sítio virtual;
- b) Coleta de informações de acordo com os princípios da governança: Transparência – *disclosure*, Equidade, Prestação de contas – *accountability*, Responsabilidade Social Corporativa – RSC e o *triple bottom line*: Meio Ambiente, Sociedade e Economia, com o auxílio do software Atlas.ti®;
- c) Tabulação de informações de acordo com os princípios e com as 3 esferas do tripé, classificando em ações externas e internas.

Com o auxílio do software Atlas.ti® foram pesquisados todos os códigos do Quadro 2 em todos os 67 relatórios de sustentabilidade pesquisados e com isso, foram feitas as constatações, conforme demonstrado a seguir, em que cada aspecto da pesquisa foi evidenciado por um banco.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para identificar as ações de governança dos bancos brasileiros nos relatórios de sustentabilidade, foram categorizados, como códigos de análise, os princípios básicos de governança corporativa, segundo o IBGC (2015), quais sejam: transparência (*disclosure*), equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade social corporativa (RSC) e para investigar a presença de elementos vinculados ao *triple bottom line*, as questões ambientais, econômicas e sociais.

4.1 Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da transparência (*disclosure*)

Em relação ao princípio da transparência, foram identificadas 20 ações externas conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Ações externas relacionadas ao princípio da transparência (*disclosure*)

	AÇÕES EXTERNAS	B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T Á Ú	S A N T A N D E R	FREQUÊ NCIA (%)
1	CANAIS DE COMUNICAÇÃO E/OU DENÚNCIA	X		X	X	X	X				X		X	7 (18%)
2	<i>CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP)</i>	X			X					X	X	X	X	6 (15%)
3	RELATÓRIOS/ APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS			X	X					X	X			4 (10,3%)
4	<i>TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TCFD)</i>				X					X	X			3 (7,7%)
5	EDITAIS	X			X									2 (5,1%)
6	REUNIÕES				X						X			2 (5,1%)
7	SELO PRO-ÉTICA				X							X		2 (5,1%)
8	PLATAFORMA PARA INVESTIMENTOS											X		1 (2,6%)
9	SCORE DE QUALIDADE DE VENDAS											X		1 (2,6%)
10	CÓDIGO RELACIONA. C/ FORNECEDOR											X		1 (2,6%)
11	INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)											X		1 (2,6%)
12	INVESTIDORES PELO CLIMA (IPC)											X		1 (2,6%)
13	<i>SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD (SASB)</i>											X		1 (2,6%)

14	PROGRAMA REINVEST. DE DIVIDEND.												X	1 (2,6%)
15	<i>SUSTAINABILITY POLICY TRANSPARENCY TOOLKIT (SPOTT)</i>												X	1 (2,6%)
16	POLÍT. RISCO REPUTAC. E DE IMAGEM	X												1 (2,6%)
17	PUBLICAÇÕES NA CVM					X								1 (2,6%)
18	<i>GREENHOUSE GAS (GHG)</i>						X							1 (2,6%)
19	PROJ. FEBRABAN ECONOMIA VERDE												X	1 (2,6%)
20	PRODUTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)				X									1 (2,6%)
TOTAIS		3	1	2	8	2	2	0	0	3	7	8	3	39 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos bancos citam e reforçam os canais de comunicação e/ou denúncia, quais sejam: *website* de Relações com Investidores, telefone, *e-mail*, SMS, redes sociais, Central de Relacionamento com o cliente e de Informação ao Cidadão, eventos culturais, *workshop*, videoconferência, pesquisas de satisfação, intranet, participação em Câmaras Técnicas Febraban, “Fale Conosco”, Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), representando 18% das ações citadas.

Por sua vez, metade dos bancos pesquisados são signatários do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, que é uma instituição de caridade sem fins lucrativos que administra o sistema de divulgação global para que investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciem seus impactos ambientais. É o detentor do maior banco de dados corporativos do mundo sobre mudanças climáticas, água e florestas (CDP, 2021).

Dessa metade, três bancos são signatários do TCFD, o qual desenvolve recomendações de divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima por companhias de todo o mundo, liderada pelo *Financial Stability Board (FSB)*, referência relevante sobre essa divulgação e que possui a adesão formal da FEBRABAN.

Além dos relatórios de sustentabilidade publicados anualmente por todos os bancos pesquisados, alguns deles ressaltam a divulgação de outros relatórios, dentre eles o Relatório de Resultados e Impactos e o Relatório de Transparência dos Princípios para o Investimento Responsável.

Enquanto o primeiro tem como finalidade apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, o segundo é uma iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio-Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU.

Esses relatórios se constituem em instrumentos de transparência, monitoramento e avaliação sistemática do desempenho operacional.

Por outro lado, no que se refere à pesquisa científica, o apoio é feito através de seleção de projetos na forma de edital, que é publicado no Diário Oficial da União. A definição dos projetos que compõem a programação cultural ofertada também ocorre por editais de seleção pública, a fim de democratizar oportunidades e manter a transparência.

Outra ação externa mencionada é a condução de reuniões com *stakeholders* para a divulgação de informações referentes à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da instituição e com Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec.

Ademais, alguns dos bancos possuem o Selo de Empresa Pró-Ética, instituído pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social Empresa Pró-Ética.

Mais da metade das ações externas identificadas são aplicadas por mais de um banco. Quanto às demais ações relatadas especificamente por apenas um banco, o Itaú Unibanco cita diversas (6 de 39 das ações mencionadas), tais como: plataforma para investimentos, score de qualidade de vendas, código de relacionamento com fornecedores, inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE), participação na iniciativa pública de engajamentos coletivo investidores pelo clima (IPC) e adoção dos indicadores *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*.

Do mesmo grupo, o Itaú cita o Programa de Reinvestimento de Dividendos e informa que empresa do seu portfólio foi apontada pelo programa Sustainability Policy Transparency Toolkit – Spott, como a empresa do Brasil e das Américas com maior transparência dos compromissos ESG, (*environmental, social and governance*)/ ASG em português, que segundo Elkington (2018) é uma estrutura que concentra investidores e analistas financeiros em fatores ambientais, sociais e de governança), do setor de madeira e celulose.

Os bancos BRB, BANPARÁ, BANRISUL e SANTANDER mencionam, respectivamente, política de risco reputacional e de imagem, publicações periódicas na CVM e adesão ao Programa Brasileiro *GREENHOUSE GAS (GHG Protocol)* - programa relacionado à redução nas emissões dos gases do efeito estufa.

Além disso, participação de um projeto liderado pela Febraban que quantifica o volume de recursos alocados pelo Setor Financeiro Nacional na chamada Economia Verde para promover uma transição para uma economia de baixo carbono.

E por fim, o BB cita produtos e serviços com atributos ASG, que acompanham o Índice Carbono Eficiente (ICO2), composto por ações das companhias participantes do Índice Brasil 50 (IBrX-50), o qual é um dos indicadores da [B]³ que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas. E em termos de liquidez, são ponderadas dentre as ações disponíveis no mercado e adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de GEE ([B]³, 2021).

Desse modo, a transparência (*disclosure*) é um dos temas mais abordados nas publicações, segundo Ribeiro (2015), consoante demonstração nesse estudo de 20 ações externas apresentadas e 39, considerando as que se repetem.

Quanto às ações internas, foram identificadas 6, conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Ações internas relacionadas ao princípio da transparência (*disclosure*)

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	ACOMPANHAMENTO DESEMPENHO /GESTÃO DE CARREIRA E PERFORMANCE				X			X	X					3 (30%)
2	REMUNERAÇÃO					X					X			2 (20%)
3	CANAIS DE DENÚNCIAS										X		X	2 (20%)
4	IDENTIFICAÇÃO DE CLIENTES					X								1 (10%)
5	ATENDIMENTO							X						1 (10%)
6	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E GESTÃO		X											1 (10%)
TOTAIS		0	1	0	1	2	0	1	2	0	2	0	1	10 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A ação interna mais mencionada pelos bancos, representando 30% das ações divulgadas, é relacionada ao acompanhamento do desempenho e gestão de carreira e performance, utilizada em promoções, reforçando a transparência nas decisões de movimentação.

A segunda mais citada, em 20% das ações, se refere às questões de ajustes na remuneração dos membros da Alta Administração que são avaliadas e sugeridas pelo Comitê Estatutário de Remuneração dos Administradores, o que conta com a participação de outros *stakeholders*.

Para isso, são solicitados estudos de mercado ao Comitê que analisa o cenário econômico, e propõe, se for o caso, alteração da remuneração dos administradores, haja vista que é de sua competência adequar a Política de Remuneração às melhores práticas de mercado, de forma que deixa mais transparente as regras que regem a distribuição de proventos ao longo do ano.

Em relação aos canais de denúncias para funcionários e estagiários, é mencionada a Comissão de Pessoas e Ética, para onde devem ser endereçadas eventuais denúncias de desvios éticos, sendo o código de conduta ética citado como instrumento para definir procedimentos alinhados a princípios de integridade e transparência na atuação profissional.

Quanto aos clientes, são mencionadas ações e procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e em boas práticas nacionais e internacionais, por meio de ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (“Conheça Seu Cliente” “Conheça Seu Parceiro”, “Conheça Seu Funcionário” e “Conheça Seu Fornecedor”).

Esses procedimentos permitem o monitoramento e a identificação de operações atípicas sem justificativa plausível, minimizando os riscos de utilização de seus produtos e serviços, na prática de atividades ilícitas, objetivando manter a transparência, ética e legalidade das ações, bem como a proteção da imagem perante a sociedade em geral.

Desse modo, também foi citado o programa denominado “Eficiência no Atendimento ao Cliente”, para treinamento dos Escriturários dos Pontos de Atendimento, com objetivo de aprimorar conhecimentos sobre os produtos e processos, bem como o atendimento ao cliente e sistema de integração e gestão, representando juntos 20% das ações citadas.

Vale ressaltar que todos os bancos mencionam seus Comitês de Auditoria que acompanham e avaliam as atividades de auditoria interna e monitoram exposições de risco, acompanham as práticas contábeis e de transparência das informações e a maioria dos bancos falam de seus códigos de ética e programas de integridade.

Todas as ações identificadas estão em consonância com o IBGC (2015) que leva em consideração aspectos como canais de denúncias, citados em média em 20% das ações, e a Lei 13.303/16 que observa requisitos de transparência como a descrição da remuneração que também aparece com o mesmo percentual.

4.2 Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da equidade

Em relação ao princípio da equidade, foram identificadas 7 ações externas conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Ações externas relacionadas ao princípio da equidade

AÇÕES EXTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	POLÍTICAS	X		X								X		3 (25%)
2	PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES				X							X		2 (17%)
3	ÍNDICE DE IGUALDADE DE GÊNERO									X		X		2 (17%)
4	PROGRAMAS			X								X		2 (17%)
5	WORKSHOPS PARA AS CLIENTES DO PROGRAMA <i>GLOBAL BANKING ALLIANCE FOR WOMEN</i>											X		1 (8%)
6	MOVIMENTO MULHER 360											X		1 (8%)
7	LINHA DE EDITAIS GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE											X		1 (8%)
TOTAIS		1	0	2	1	0	0	0	0	1	0	7	0	12 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As ações externas que a maioria dos bancos estudados praticam, representando 34% das ações citadas, são relacionadas aos princípios de empoderamento das mulheres, da ONU e presença no *Bloomberg Gender-Equality Index* (Índice de Igualdade de Gênero).

Por outro lado, são citadas políticas como a de empréstimo social e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Por sua vez, alguns programas são citados por alguns bancos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar mulher, programa mulher empreendedora e *workshop* on-line de finanças que visa expandir o conhecimento de ferramentas e aspectos financeiros para as empreendedoras que são clientes cadastradas no programa “*global banking alliance for women*” (ITAÚ, 2018).

Por fim, o Itaú Unibanco menciona as demais ações externas identificadas, quais sejam: movimento mulher 360, apoio ao edital “mulheres em movimento”, do fundo elas e linha de editais denominada gestão escolar para equidade, representando juntas 24% das ações mencionadas.

Conforme Lugoboni (2018), a equidade visa a redução de assimetria de informação e o privilegia de grupos específicos, com a função de tratar todos os grupos de maneira equivalente, fornecendo o mesmo nível de informação e tratamento. No entanto, observa-se que a maioria das ações contemplam poucos grupos diversos, tratando mais as questões do público feminino.

Quanto às ações internas, foram identificadas 10, conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Ações internas relacionadas ao princípio da equidade

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B E R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	CONCURSOS PÚBLICOS	X	X	X	X	X	X	X						7 (32%)
2	PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	X	X		X							X		4 (18%)
3	LIDERANÇA FEMININA				X	X						X		3 (14%)
4	PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO							X		X				2 (9%)
5	AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE							X						1 (4,5%)
6	TREINAMENTOS RELACIONADOS AO TEMA “DIREITOS HUMANOS”				X									1 (4,5%)
7	DIÁLOGO COM OS HOMENS A RESPEITO DE MASCULINIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO											X		1 (4,5%)
8	GRUPO DE AFINIDADE DE GÊNERO									X				1 (4,5%)
9	PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES											X		1 (4,5%)

10	VAGA DE ESTACIONAMENTO NOS POLOS ADMINISTRATIVOS PARA AS COLABORADORAS GESTANTES												X	1 (4,5%)
	TOTAIS	2	2	1	4	2	1	3	0	2	0	5	0	22 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As ações internas que a maioria dos bancos estudados praticam é o ingresso de novos empregados mediante seleção por concurso público, para todos os bancos públicos do rol, regido pelas disposições contidas na legislação em curso, bem como pelas instruções contidas no edital de abertura de cada processo, representando 32% das ações citadas.

Em seguida, a ação mais mencionada é o Programa Pró-equidade de gênero e raça, que visa disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho formal.

Outra ação citada por, pelo menos, três bancos, diz respeito à liderança feminina, identificando barreiras, mapeando a prontidão organizacional para a mudança e criando a cultura de indicadores, metas e equidade na oferta de oportunidades para mulheres em cargos de gestão e programas, eventos e treinamentos contribuindo aos ODS, acelerando o desenvolvimento da carreira das mulheres.

Por sua vez, dois bancos informam que o plano de carreira e remuneração rege os salários para os cargos e funções em comissão ocupados por seus empregados, de modo que a remuneração para empregados que ocupam um mesmo nível de cargo e de função em comissão seja igual. Ademais, citam ações específicas como avaliação de performance, treinamentos relacionados ao tema “direitos humanos” e grupo de afinidade de gênero.

Novamente, a pesquisa revelou que o Itaú Unibanco traz um rol maior de ações, representando 13,5% das ações, mencionando diálogo com os homens a respeito de masculinidade e equidade de gênero, prevenção da violência contra as mulheres e vaga de estacionamento nos polos administrativos para as colaboradoras gestantes.

Por se caracterizar pelo tratamento justo e isonômico de todos os acionistas e os *stakeholders*, tendo os seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas levados em consideração (IBGC, 2015), as ações internas citadas de equidade estão em consonância com o esperado.

4.3. Ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas ao princípio da prestação de contas (*accountability*)

Em relação ao princípio da prestação de contas (*accountability*), foram identificadas 5 ações externas conforme Quadro 7:

Quadro 7 – Ações externas relacionadas ao princípio da prestação de contas (*accountability*)

	AÇÕES EXTERNAS	B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T Á Ú	S A N T A N D E R	FREQUÊN CIA (%)
1	ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		10 (42%)
2	ASSOCIAÇÃO COM ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS			X	X		X			X	X	X		6 (25%)
3	RELATÓRIOS/ APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS			X	X					X	X			4 (17%)
4	<i>PARTNERSHIP FOR CARBON ACCOUNTING FINANCIALS</i>									X		X		2 (8%)
5	AGENDA DA ONU				X					X				2 (8%)
	TOTAIS	0	1	3	4	1	2	1	1	5	3	3	0	24 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Além dos relatórios de sustentabilidade publicados anualmente por todos os bancos pesquisados, apenas dois bancos não citaram a assembleia geral dos acionistas que congrega os acionistas e se reúne, ordinária ou extraordinariamente, mediante convocação, representando 42% das ações citadas.

Por outro lado, metade dos bancos se reúnem em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, representando 25% das ações.

Por sua vez, dois bancos informam relatórios, apresentação de resultados, adesão ao *Partnership for Carbon Accounting Financials*, iniciativa global para mensurar as emissões de carbono geradas pelos negócios de instituições financeiras e a prestação de contas das ações realizadas no âmbito de agendas da ONU, juntos representando 33% das ações.

Segundo o IBGC (2015), a prestação de contas (*accountability*) assume as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

Desse modo, os relatórios, em si, dispõem de bastante informações, atendendo a esse princípio e à capacidade da organização em manter a confiança do público e explicar as suas promessas para quem a apoia, sem se afastar da sua missão e práticas adequadas de gestão (VALENCIA et al., 2015).

Quanto às ações internas, foram identificadas 3, conforme Quadro 8:

Quadro 8 – Ações internas relacionadas ao princípio da prestação de contas (*accountability*)

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQUÊN CIA (%)
1	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL			X	X					X			X	4 (66,6%)
2	COMUNICAÇÕES A CONSELHOS				X									1 (16,7%)
3	GERÊNCIA DE REPORTE DE INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE											X		1 (16,7%)
TOTAIS		0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	1	1	6 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A ação interna mais citada, informada por três bancos e representando 66,6% das ações, é relacionada ao Sistema de Gestão Ambiental, no qual consta informações como consumo de energia, água e papel, uso de energia renovável e geração de resíduos.

De acordo com Garcia-Rodriguez et al (2013), os resultados da implantação de um sistema de gestão ambiental mostram o potencial da Responsabilidade Social Corporativa quando esse sistema é integrado na estratégia de negócios de empresas multinacionais, uma vez que entrega melhorias sociais e ambientais nos países em que as multinacionais estão instaladas. Assim, essa ação interna, impacta na governança corporativa pelo princípio da RSC, além da prestação de contas.

6	INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS				X							X		2 (6,9%)
7	POSTO DE ATENDIMENTO MÓVEL								X					1 (3,4%)
8	PROGRAMA NA MÃO CERTA											X		1 (3,4%)
9	INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL											X		1 (3,4%)
10	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS											X		1 (3,4%)
11	PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS											X		1 (3,4%)
12	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO											X		1 (3,4%)
13	INSTITUTO AYRTON SENNA											X		1 (3,4%)
TOTAIS		2	3	3	3	2	1	1	2	2	3	5	2	29 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As 4 ações externas mais citadas (62% das ações) são relacionadas à Responsabilidade Socioambiental na concessão de crédito, contratação de fornecedores, realização de eventos para a sociedade, adesão ao pacto global (a qual assegura uma atuação com responsabilidade social empresarial na concessão de crédito com inclusão social e bancária) e participação na comissão setorial de responsabilidade social e sustentabilidade da FEBRABAN.

Outra ação mencionada diz respeito a benefício social, investimentos sociais privados, posto de atendimento móvel, reconhecido em diversas Premiações e categorias em 2020, dentre elas Ouro no XX Prêmio ABT na categoria Responsabilidade Social, compromissos e parcerias assumidos com o Instituto Ethos de responsabilidade socioambiental.

Ademais, relacionadas à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao pacto internacional sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, Organização Internacional do Trabalho e projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna.

Os estudos feitos por Ribeiro (2015) mostraram que, relacionados ao princípios da governança corporativa, os temas mais abordados foram a responsabilidade social corporativa e *disclosure*, sendo assim esperado que os relatórios reportassem mais ações como essas apresentadas para a RSC.

Quanto às ações internas, foram identificadas 8, conforme Quadro 10:

Quadro 10 – Ações internas relacionadas ao princípio da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL		X	X		X	X	X	X			X		7 (26,9%)
2	CRIAÇÃO DE ÁREAS DE RSA			X		X		X		X	X	X		6 (23,1%)
3	BOLETIM SOCIOAMBIENTAL			X		X	X		X			X		5 (19,2%)
4	MEDIDAS RESPONSÁVEIS DE CONSUMO DOS RECURSOS NATURAIS E DESTINOS DE RESÍDUOS				X	X			X					3 (11,5%)
5	CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				X					X				2 (7,7%)
6	PORTAL DA SUSTENTABILIDADE			X										1 (3,8%)
7	SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA									X				1 (3,8%)
8	INDICADOR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL									X				1 (3,8%)
TOTAIS		0	1	4	2	4	2	2	3	4	1	3	0	26 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos bancos possuem política de responsabilidade socioambiental, que dispõe sobre as diretrizes referentes ao gerenciamento do risco socioambiental, representando 26,92% das ações. E metade dos bancos e das ações são relacionadas à criação de comissão ou gerência, grupo de trabalho, área, comitê, fundação, boletim, jornais, lembretes, dicas, campanhas, planos, cursos ou programas para tratar em relação ao tema e tomam medidas para a responsabilidade de consumo dos recursos naturais e destinação de resíduos.

Em proporções similares entre si, outras medidas foram citadas como critérios socioambientais na avaliação de desempenho, portal da sustentabilidade (espaço de aprendizagem para apresentar práticas e conhecimentos sobre modos de vida mais

sustentáveis), sistema de responsabilidade social corporativa e indicador de responsabilidade social.

Assim, atende-se a definição de Matias (2014) do compromisso dos negócios de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo para melhorar a sua qualidade de vida.

4.5 Níveis e índices de Governança dos bancos estudados

Os níveis de governança denominados pela [B]³ (2021) como segmento de listagem, são seis: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

Os dois primeiros níveis estão presentes nas empresas que negociam seus títulos no mercado de balcão organizado, enquanto os quatro níveis posteriores foram elaborados para as empresas que possuem ações no mercado à vista. Desde 2020, a [B]³ decidiu por não fazer mais a compilação deste banco de dados, uma vez que esta informação pode ser acessada diretamente por meio do regulador ([B]³, 2021).

No tocante aos aspectos legais, para as estatais federais, Ribeiro Neto *et al.* (2018) apresentam um instrumento de avaliação contínua, O IG-Sest, sem caráter punitivo, que verifica o cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas de governança corporativa. É o maior índice do Indicador de Governança desenvolvido pela SEST.

O Quadro 11 contém as informações dos níveis, índices de governança, a frequência que as ações são apresentadas, por princípios, pelos bancos estudados:

Quadro 11 – Segmento de listagem da [B]3 x índice de governança x frequência das ações por princípios

Denominação Social	Segmento de Listagem – Relate ou Explique 2019	IG - SEST	Transparência - disclosure	Equidade	Prestação de contas	RSC	Frequência das ações	Percentual
ITAU	NIVEL 1	-	8	12	3	8	31	19,14%
BB	NOVO MERCADO	NIVEL 1	9	5	4	5	23	14,20%
BRADESCO	NIVEL 1	-	3	3	5	6	17	10,49%
ITAUSA	NIVEL 1	-	9	0	3	4	16	9,88%

BNB	BOLSA	NIVEL 2	2	3	3	7	15	9,26%
BANPARÁ	BOLSA	-	4	2	1	6	13	8,02%
BRB	BOLSA	NIVEL 1	2	2	1	4	9	5,56%
BASA	BOLSA	NIVEL 1	3	3	0	2	8	4,94%
BANRISUL	NIVEL 1	-	2	1	2	3	8	4,94%
PINE	NIVEL 2	-	1	3	1	3	8	4,94%
MERCANTIL	BOLSA	-	2	0	1	5	8	4,94%
SANTANDER	BOLSA	-	4	0	0	2	6	3,70%
TOTAL			49	34	24	55	162	100,00%

Fonte: Site B3 –Relate ou explique, 2019.

Algumas informações são destacadas nos relatórios como, em 2019, o Banco da Amazônia ter recebido o certificado com Selo de Governança SEST, obtido o 6º lugar entre as 48 empresas avaliadas e o 3º no segmento bancário e atingido o Nível de Governança 1.

Por outro lado, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado e o Programa Destaque em Governança de Estatais da [B]³, com presença no ISE da [B]³ e na carteira de mercados emergentes do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Além disso, atingiu a nota máxima - Nível 1 no IG-Sest, composto por três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias.

Por sua vez, o Banco Mercantil migrou para o Nível 1 de Governança da B3, em dezembro de 2020, e ingressou no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada.

Assim, observa-se que os bancos que mais se destacaram em demonstrar nos seus relatórios maior número de ações foram os bancos Nível 1 no segmento de listagem da B3 e Nível 1 IG-SEST, caracterizando a importância de possuírem ações no mercado à vista.

Diante disso, constata-se também que, conforme Lugoboni (2018), as empresas de grande porte possuem uma predisposição a divulgarem seus relatórios com maior evidenciamento dos aspectos de governança corporativa. Desse modo, o Itaú destacou-se apresentando 19,14% das ações evidenciadas e o BB com 14,20%.

4.6 Ações relacionadas ao *triple bottom line* - questões ambientais

Em relação às questões ambientais, embora as atividades típicas do setor financeiro não estejam diretamente relacionadas ao uso ou à transformação de recursos e matérias primas

ligados a serviços ecossistêmicos, as instituições financeiras representam um elo importante na cadeia produtiva, uma vez sendo responsáveis por financiar ampla variedade de setores e atividades, que são diretamente responsáveis pelo uso desses recursos naturais.

Conforme Quadro 12, foram identificadas 10 ações externas para as questões ambientais:

Quadro 12 – Ações externas relacionadas às questões ambientais descritas nos GRI's de cada banco

AÇÕES EXTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B E R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	CLÁUSULAS CONTRATUAIS P/PROT. AMB.	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X	10 (21,2%)
2	PROGRAMAS	X	X	X	X					X	X	X	X	8 (17%)
3	PRINCÍPIOS ONU			X			X			X	X	X	X	6 (12,8%)
4	PROJETOS	X		X	X					X			X	5 (10,6%)
5	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)				X					X	X	X		4 (8,5%)
6	PRODUTOS	X			X					X		X		4 (8,5%)
7	PLANOS	X								X		X	X	4 (8,5%)
8	RECONHECIMENTOS/CERTIFICAÇÕES				X					X		X		3 (6,4%)
9	CONTRIBUIÇÕES EM PESQUISAS AMBIENTAIS		X	X										2 (4,2%)
10	INSTITUTO ETHOS DE RS										X			1 (2,1%)
TOTAIS		5	3	5	6	1	2	0	1	8	4	7	5	47 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos bancos informam que os contratos possuem cláusulas específicas relacionadas às questões ambientais, representando 21% das ações e muitos mencionam diversos programas, se destacando a adesão ao CDP, assim como relacionado ao princípio da

transparência, que detém o maior banco de dados corporativos do mundo sobre mudanças climáticas, água e florestas, correspondendo a 17% das ações.

Da mesma forma, metade dos bancos citam utilizarem princípios do Pacto Global das Nações Unidas em 2013, uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, Princípios do Equador e Princípios para o Investimento Responsável, representando 13% das ações.

Por sua vez, alguns projetos são citados para proteção ambiental, correspondendo a 11% das ações em conformidade com Munck (2013) que desdobra a dimensão ambiental, abrangendo a prevenção dos impactos gerados pela organização nos sistemas naturais compostos por seres vivos e não vivos.

Alguns dos bancos estão na carteira do ISE da [B]³, ferramenta que permite a análise comparativa da performance das empresas listadas na Bolsa com base em aspectos de eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, o que representa a 9% das ações. Do mesmo modo, há bancos que oferecem produtos com benefício ambiental.

Vale destacar que Bradesco, Itaú e Santander se uniram, de maneira inédita, para elaborar o Plano Amazônia. Ele é composto por um conjunto de 10 medidas com foco em promover a conservação ambiental e o desenvolvimento da bioeconomia no bioma, o investimento em infraestrutura sustentável e a garantia de direitos básicos da população amazônica.

Por fim, foram citados reconhecimentos e certificações internacionais, monitoramento quanto às questões socioambientais, por três bancos e contribuições que são feitas em pesquisas nesse campo para dois bancos.

Neste sentido, de acordo com Benites e Pólo (2013), o desempenho ambiental da empresa fornece o reconhecimento público de exemplo e líder empresarial na área da sustentabilidade, facilitando o seu envolvimento com as partes interessadas e motivando a todos os envolvidos a seguir trabalhando no lema da sustentabilidade, embora esses esforços da empresa sejam fortes nos países com legislações mais exigentes do que nos outros onde a empresa atua.

Para esse tipo de reconhecimento, apenas três bancos citam possuí-lo, representando 6% das ações, o que mostra que mais esforços nesse sentido devem ser explorados para melhorar nesse quesito.

Quanto às ações internas, foram identificadas 7, conforme Quadro 13:

Quadro 13 – Ações internas relacionadas às questões ambientais descrita nos GRI's de cada banco

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T Á Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	AGENDA AMBIENTAL	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	11 (40,7%)
2	ÁREA AMBIENTAL			X		X		X	X	X	X	X		7 (25,9%)
3	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - ISO 14001			X	X					X			X	4 (14,8%)
4	CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				X					X				2 (7,4%)
5	TREINAMENTOS				X									1 (3,7%)
6	DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS				X									1 (3,7%)
7	METODOLOGIA <i>FOOTPRINT NATURE</i>											X		1 (3,7%)
	TOTAIS	1	1	3	5	2	1	2	2	4	1	3	2	27 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Todas as ações identificadas estão em consonância com Matias (2014) que enfatiza que as estratégias devem estar voltadas não mais apenas para a prevenção de riscos ambientais e de imagens, mas para oportunidades de mercado ligadas ao fornecimento de soluções sociais e ambientais.

Para isso, todos os bancos que informaram ações internas, relacionadas às questões ambientais, em seus relatórios, mencionaram uma Agenda Ambiental constituída por diversos programas que buscam o uso racional dos recursos naturais e de materiais utilizados para minimizar potenciais impactos ambientais negativos, inclusive a política de responsabilidade

socioambiental, a qual dispõe sobre as diretrizes referentes ao gerenciamento do risco socioambiental, representando 40,7% das ações citadas.

Um dos programas que se destaca nas agendas ambientais, é o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que consiste na avaliação das unidades de negócio, visando identificar os riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente, propondo adequações para eliminação da exposição a esses riscos.

Ademais, foi citado o Sistema de Gestão Ambiental com Certificações Ambientais ISO (*International Organization for Standardization* - Organização Internacional de Normatização) 14001, o qual é aplicável a qualquer tipo de organização que tem por objetivo obter um desempenho ambiental correto.

Outras divulgações foram apresentadas, como projetos internos a exemplo de espaços temáticos, com o objetivo provocar uma reflexão sobre a atual situação do planeta, com relação às consequências ambientais e coletores de tampinhas plásticas para doações à Associação de Cegos.

Por fim, foram mencionados treinamentos com palestras envolvendo temas sobre segurança cibernética, ASG e transformação digital, incorporação de critérios socioambientais na avaliação de desempenho, digitalização de documentos e metodologia *FOOTPRINT NATURE*. Essa metodologia simula os impactos ambientais correspondentes aos fluxos financeiros dos produtos de crédito e das compras com fornecedores.

Importa destacar que para Bomfim, Teixeira e Monte (2015), algumas outras variáveis, como a presença de um comitê de sustentabilidade, apresentam efeito positivo no *disclosure* da sustentabilidade e os resultados da implantação de um sistema de gestão ambiental, segundo Garcia-Rodriguez et al., (2013), entrega melhorias sociais e ambientais, quando esse sistema é integrado na estratégia de negócios de empresas. Essas duas ações são citadas por mais da metade dos bancos, representando 40,7% das ações divulgadas.

4.7 Ações relacionadas ao *triple bottom line* - questões econômicas

Em relação às questões econômicas, foram identificadas 9 ações externas conforme Quadro 14:

Quadro 14 – Ações externas relacionadas às questões econômicas descrita nos GRI's de cada banco

AÇÕES EXTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQUÊ NCIA (%)
1	PROGRAMAS	X	X	X	X					X			X	6 (27,27%)
2	EMPODERAMENTO ECONÔMICO FEMININO			X						X		X		3 (13,64%)
3	RECONHECIMENTOS				X	X				X				3 (13,64%)
4	INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL	X		X										2 (9,09%)
5	MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA CLIENTES DEVIDO À PANDEMIA		X	X										2 (9,09%)
6	PESQUISAS ACADÊMICAS			X		X								2 (9,09%)
7	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	X		X										2 (9,09%)
8	PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS											X		1 (4,55%)
9	ECONOMIA SOLIDÁRIA		X											1 (4,55%)
TOTAIS		3	3	6	2	2	0	0	0	3	0	2	1	22 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Por meio de programas, as atividades econômicas são potencializadas nas ações relacionadas à economia, inclusive com destaque para economia verde, para reduzir suas cotas de emissão de poluentes na atmosfera e público feminino que passou a ser contemplado com uma maior atenção, representando juntos 41% das ações citadas.

Alguns reconhecimentos e iniciativas do Governo Federal também foram mencionadas, a exemplo da Semana Nacional do Crédito que participa da Semana do Brasil, com o objetivo de unir o poder público e a iniciativa privada para movimentar a economia, gerar oportunidades para quem produz e para quem consome e valorizar o Brasil.

Dessas iniciativas, o Depósito para Reinvestimento é um incentivo fiscal que abrange empresas dos setores industrial, agroindustrial, de infraestrutura e de turismo, permitindo lhes reinvestirem em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento, somando juntas 22,73% das ações mencionadas.

Por outro lado, durante a pandemia, algumas medidas emergenciais foram tomadas como suspensão de parcelas de financiamento e linha de crédito emergencial para beneficiários de pequeno-médio porte, vinculadas à finalidade de capital de giro, primordial para a manutenção de pequenos empreendimentos, diante do baixo nível de circulação de mercadorias e serviços na crise econômica, representando 9% das ações citadas.

Por sua vez, foram mencionadas as contribuições com pesquisas acadêmicas, as políticas, a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Economia Solidária, a qual tem compromisso com o desenvolvimento social local nas áreas de inclusão, de educação, de saúde e de economia, somando junto 18% das ações divulgadas.

Para Munck (2013), tem-se ações que, na dimensão econômica, abrangem aspectos como oferta de empregos, a exemplo das iniciativas do governo federal, citada em 9% das ações, penetração em novos mercados, como a economia verde e o empoderamento econômico feminino, mencionados em 41% das ações. E, por fim, lucratividade voltada para o longo prazo, com ações como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a qual representou 9% das ações.

Quanto às ações internas, foram identificadas 2, conforme Quadro 15:

Quadro 15 – Ações internas relacionadas às questões econômicas descrita nos GRI's de cada banco

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	SETORES ESPECÍFICOS INTERNOS		X	X	X	X	X			X		X		7 (58%)
2	SISTEMAS/FERRAMENTAS	X		X	X					X		X		5 (42%)
	TOTAIS	1	1	2	2	1	1	0	0	2	0	2	0	12 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

9	INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS				X								X		2 (3,9%)
10	CANAL DE DENÚNCIAS	X													1 (2%)
11	CARTÕES		X												1 (2%)
12	EVENTOS PARA A SOCIEDADE			X											1 (2%)
13	INDICADOR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL									X					1 (2%)
14	INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL										X				1 (2%)
TOTAIS		6	4	6	7	3	2	0	4	7	2	6	4		51 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos bancos informam sobre a disponibilização do Pix, termo criado pelo Banco Central para nomear a modalidade de Pagamento Instantâneo, possibilitando maior inclusão social da população, em virtude das características do serviço. Além disso, divulgam sobre projetos, programas, produtos, pactos ou campanhas, com impactos sociais positivos, representando juntos 39,2% das ações divulgadas.

Por outro lado, representando 37,1% das ações citadas, uma parte dos bancos menciona doações, espaços de âmbito social como fundação, arena e centros culturais, presença nas redes sociais, reconhecimentos por ações sociais, questionários avaliativos e requisitos socioambientais.

Dentre eles, aspectos sociais relativos ao emprego digno, produtos e serviços com benefício social e investimentos sociais privados. Por sua vez, 10% das ações divulgadas são relacionadas a canal de denúncias, cartões sociais, eventos, indicador de responsabilidade social e o Instituto Ethos de Responsabilidade Socioambiental, com objetivo de mobilização social.

Em conformidade com a definição de Munck (2013), a qual desdobra a dimensão social, abrangendo a gestão de impacto que a organização gera nos sistemas sociais relacionados à organização, assim como demonstrado com todas as ações citadas.

Desse modo, Castilhos e Silva (2020) apontam para uma abordagem que busca uma nova forma de olhar a dinâmica das tecnologias sociais, problemas, inovações, modelos, estágios, transições, desafios e mudanças, a fim de contribuir para novos modelos de desenvolvimento social sustentável no Brasil.

Quanto às ações internas, foram identificadas 8, conforme Quadro 17:

Quadro 17 – Ações internas relacionadas às questões sociais descrita nos GRI's de cada banco

AÇÕES INTERNAS		B A S A	B R B	B N B	B B	B A N P A R Á	B A N R I S U L	P I N E	M E R C A N T I L	B R A D E S C O	I T A U S A	I T A Ú	S A N T A N D E R	FREQU ÊNCIA (%)
1	POLÍTICA/BOLETIM/PROGRAMAS		X	X		X	X	X	X	X		X		8 (30,8%)
2	SETORES INTERNOS DIRECIONADOS			X		X		X		X	X	X		6 (23%)
3	CAMPANHAS DE DOAÇÕES			X	X				X	X				4 (15,4%)
4	INCENTIVOS FUNCIONÁRIOS				X	X				X				3 (11,5%)
5	METODOLOGIAS DE ANÁLISES				X							X		2 (7,7%)
6	SISTEMA DE GESTÃO SOCIAL/AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE FORNECEDORES									X				1 (3,8%)
7	RECONHECIMENTO			X										1 (3,8%)
8	OFERTAS DE VAGAS MESTRADO/DOUTORADO			X										1 (3,8%)
TOTAIS		0	1	5	3	3	1	2	2	5	1	3	0	26

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A política de responsabilidade socioambiental é mencionada por dispor sobre as diretrizes referentes ao gerenciamento do risco socioambiental e boletim, jornais, lembretes, dicas, planos, cursos ou programas para tratar em relação ao tema e tomam medidas para a responsabilidade de consumo dos recursos naturais.

Por sua vez, uma parte dos bancos informam também possuir setores internos responsáveis pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e do Estatuto Social, representando 23% das ações divulgadas.

Por outro lado, visando ampliar o apoio a projetos sociais, alguns bancos promovem campanhas com colaboradores, estimulando-os a realizar doações, incentivando também com indicadores para os envolvidos em causas sociais, totalizando juntas 26,9% das ações citadas.

Também foi mencionada metodologia para incorporação de aspectos sociais em suas análises, que se referem a recursos de terceiros e possibilidade de funcionário adotar o nome social, avaliação de projetos sociais privados e estudos sobre impactos sociais ligados aos ODS, representando 7,7% das ações divulgadas.

Ademais, citam sistema de gestão social com avaliação socioambiental de fornecedores, reconhecimento por controle social e vagas de mestrado e doutorado para funcionários com temas relacionados a impactos sociais, sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento socioeconômico, complementando os demais 15% das ações citadas.

Assim, em conformidade com Weber e Marley (2012), os relatórios de sustentabilidade corporativa englobam informações econômico-financeiras, sociais e ambientais, ou seja, sobre os pilares da sustentabilidade (econômico, social e ambiental), destacando-se por evidenciar as políticas implantadas pelas empresas para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações, e as ações sociais desenvolvidas em prol da sociedade.

4.9 Ações *triple bottom line* x ações GC

A frequência de ações mencionadas para as questões ambientais, econômicas e sociais foi de 185 um pouco a mais para as citadas de governança, a qual obteve frequência de 162. No Quadro 18 contém as informações da frequência que as ações são apresentadas, para cada aspecto do *triple bottom line*, pelos bancos estudados:

Quadro 18 – Frequência das ações apresentadas do triple bottom line

Denominação Social	Ambiental	Econômicas	Social	Frequência das ações	Percentual
BRADESCO	12	5	12	29	15,68%
BNB	8	8	11	27	14,59%
BB	11	4	10	25	13,51%
ITAÚ	10	4	9	23	12,43%
BASA	6	4	6	16	8,65%
BRB	4	4	5	13	7,03%
BANPARÁ	3	3	6	12	6,49%
SANTANDER	7	1	4	12	6,49%
MERCANTIL	3	0	6	9	4,86%
ITAUSA	5	0	3	8	4,32%
BANRISUL	3	1	3	7	3,78%
PINE	2	0	2	4	2,16%
TOTAL	74	34	77	185	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No entanto, a quantidade de ações classificadas por princípios de governança e por dimensões de sustentabilidade, conforme a busca, por esses temas, realizada nos relatórios, está demonstrada no Quadro 19:

Quadro 19 – Total das ações por tema

Temática	Total de ações
Transparência - disclosure	26
Equidade	17
Prestação de contas	8
RSC	21
Total Governança	72
Ambiental	17
Econômicas	11
Social	22
Total Triple Bottom Line	50
Total Geral	122

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Entretanto, algumas ações estão relacionadas a mais de uma temática, principalmente quanto a RSC, as quais são de cunho social e as atinentes a questões socioambientais, envolvendo as questões ambientais, sociais e RSC também.

Por outro lado, há ações que, além dessas temáticas, são ligadas ao princípio da transparência, como os canais de denúncias, os boletins socioeconômicos, benefícios sociais, investimentos sociais privados e os diversos produtos, programas e políticas citados.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar o que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o enfoque do *triple bottom line*, a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do IBGC.

Foram analisados os relatórios nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) dos 12 bancos que publicaram 67 relatos integrados ou relatórios de sustentabilidade entre o período de 2016 a 2021. Assim identificando-se 162 ações de governança desses bancos e 185 quanto às questões ambientais, econômicas e sociais, com a presença de elementos vinculados ao *triple bottom line*.

Atendendo ao objetivo específico de identificar as ações de governança dos bancos brasileiros relacionadas aos princípios do IBGC, identificou-se que os princípios da transparência e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) foram os mais citados nos relatórios de sustentabilidade, sendo divulgados, cada um, em 30% das ações identificadas.

A transparência, definida pelo IBGC como disponibilização para as partes interessadas de informações que sejam de seu interesse e não somente as impostas legalmente, é representada por ações pelos canais de comunicação (18%) e pela divulgação de diversos relatórios (10%).

As ações identificadas estão em consonância com o IBGC (2015), o qual leva em consideração aspectos disponibilizados para as partes interessadas de informações que sejam de seus interesses e não somente as impostas legalmente

Por sua vez, a RSC na concessão de crédito para os clientes (19%), contratação de fornecedores (15%), realização de eventos para a sociedade (11%) são as ações mais citadas.

Assim, atendem a definição de Matias (2014) do compromisso dos negócios de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo para melhorar a sua qualidade de vida.

Com esse princípio, destacou-se os bancos Itausa e Itaú Unibanco que apresentam mais ações para esses princípios e ambos são Nível 1 na classificação da [B]³, caracterizando a importância de possuírem ações no mercado à vista.

Por outro lado, os princípios de governança corporativa menos citados foram os da equidade, se resumindo a tratar de questões de gênero, com atenção especial para as mulheres e prestação de contas, com assembleia geral dos acionistas, ambos com em torno de metade das ações divulgadas.

Como a maioria das ações contemplam poucos grupos diversos, tratando mais as questões do público feminino, as ações de equidade divulgadas não conseguem tratar todos os grupos de maneira equivalente, fornecendo o mesmo nível de informação e tratamento, conforme Lugoboni (2018) enuncia.

Quanto à prestação de contas, os relatórios, em si, dispõem de várias informações, atendendo ao IBGC (2015), que considera que as consequências de atos e omissões devem ser assumidas e tratada com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

Ainda conforme o IBGC (2015), a prestação de contas (*accountability*) da atuação deve ser clara, concisa, compreensível e tempestiva, a qual, sendo realizada uma ou duas vezes no ano aos conselhos, pois é uma frequência que poderia ser maior e mais mencionada, porque apresentou-se em apenas 20% das ações divulgadas. Com esses princípios, os bancos Itaú Unibanco e Banco do Brasil apresentam mais ações e esse último possui o nível de Novo Mercado na classificação da [B]³.

Por sua vez, para atender ao objetivo específico de investigar a presença de elementos vinculados ao *triple bottom line* nos relatórios de sustentabilidade dos bancos brasileiros, identificou-se que as questões ambientais e sociais foram as mais citadas nos relatórios de sustentabilidade, sendo apresentadas, cada uma, na média de 40% das ações divulgadas.

A dimensão ambiental abrange a prevenção dos impactos gerados pela organização nos sistemas naturais e as principais ações mencionadas dizem respeito às cláusulas contratuais (20%), programas (16%) e agenda para proteção ambiental (40%).

Apesar do setor bancário possuir menor impacto ambiental, quando comparados a outros setores, apresenta um alto potencial para influenciar transformações na sociedade, em especial por conceder credibilidade e reputação aos agentes de outros setores (OLHER *et al.*, 2018).

Todas as ações identificadas estão em consonância com Matias (2014), o qual enfatiza que as estratégias devem estar voltadas não mais apenas para a prevenção de riscos

ambientais e de imagens, mas para oportunidades de mercado ligadas ao fornecimento de soluções sociais e ambientais.

Por outro lado, o desempenho ambiental da empresa, segundo Benites, Pólo (2013), fornece o reconhecimento público de exemplo e líder empresarial na área da sustentabilidade, facilitando o seu envolvimento com as partes interessadas e motivando a todos os envolvidos a seguir trabalhando no lema da sustentabilidade.

Para esse tipo de reconhecimento, BB, Bradesco e Itaú citam possuí-lo, representando 6% das ações, o que mostra que mais esforços nesse sentido devem ser explorados para melhorar nesse quesito.

Foram mencionados também, em 30% das ações, diversos programas abrangendo a dimensão social e a gestão de impacto que a organização gera nos sistemas sociais relacionados à organização, conforme definição desdobrada por Munck (2013), destacando-se, com essas questões, os bancos do Brasil e Bradesco.

Por sua vez, as ações menos mencionadas foram para a dimensão econômica, a qual abrange aspectos como competitividade, oferta de empregos, penetração em novos mercados e lucratividade voltada para o longo prazo, conforme afirma Munck (2013). A exemplo das iniciativas do governo federal, citada em 9% das ações, da economia verde e do empoderamento econômico feminino, mencionados em 39% das ações e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a qual representou 9% das ações.

O estudo contribui para o debate acadêmico, identificando os princípios de governança e as questões de sustentabilidade mais e menos explorados e evidenciados de maneira clara nos relatórios de sustentabilidade. Bem como, os bancos que se destacaram divulgando mais ações para as temáticas exploradas, concluindo que esses bancos não possuem necessariamente os níveis de governança com mais requisitos na classificação da [B]³.

Desse modo, o Banco da Amazônia, o qual recebeu o certificado com Selo de Governança SEST, obtendo o 6º lugar entre as 48 empresas avaliadas e o 3º no segmento bancário, atingindo o Nível de Governança 1, não se destacou em nenhum dos quesitos analisados nesse estudo. Ademais, o Banco Mercantil, o qual migrou para o Nível 1 de Governança da [B]³, em dezembro de 2020, e ingressou no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada.

Por outro lado, o Banco do Brasil, que se destacou nos quesitos equidade, prestação de contas, dimensões ambientais e sociais, integra o Novo Mercado e o Programa Destaque em

Governança de Estatais da [B]³, com presença no ISE da [B]³ e na carteira de mercados emergentes do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Além disso, o BB atingiu a nota máxima - Nível 1, no IG-Sest, composto por três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias.

Apesar do esforço para analisar o que os bancos brasileiros divulgam de suas práticas de sustentabilidade, sob o enfoque do *triple bottom line*, a partir de suas estruturas de governança e à luz dos princípios de governança do IBGC, os resultados apresentados não representam uma saturação da discussão.

Portanto, novas pesquisas podem ser realizadas buscando apurar e evidenciar outros princípios de governança, por exemplo, e incluir outras fontes como os relatórios ESG que alguns bancos já estão divulgando.

Ademais, os bancos que não se destacaram poderiam melhorar a evidenciação dos aspectos de governança corporativa e ações de sustentabilidade, seguindo o *triple bottom line*, na divulgação dos relatórios de sustentabilidade, demonstrando assim preocupações com os valores da organização, visão de futuro e o direcionamento tomado pela empresa, de maneira clara para os colaboradores, parceiros, clientes e demais *stakeholders*.

Por fim, a principal limitação para validação desta pesquisa é o fato da pesquisa se referir a estudos baseados em pesquisas documentais e embasados na análise e interpretação do autor.

REFERÊNCIAS

- ABBADE, E. B.; MORES, G V. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: Um estudo de caso em uma companhia brasileira de alimentos processados. **Revista de Negócios**, v. 18, n.2, p. 27-43, 2013.
- ADAMS, C. A. The International Integrated Reporting Council: A call to action. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 23–28, 2015.
- AGUILERA-CARACUEL, J.; GUERREROVILLEGAS, J.; VIDAL-SALAZAR, M. D.; DELGADO-MÁRQUEZ, B. L. International cultural diversification and corporate social performance in multinational enterprises: The role of slack financial resources. **Management International Review**, v. 55, n. 3, p. 323-353, 2015.
- AMBROZINI, L. S. Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 31, p. 03-25, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p3>
- AZEVEDO, J. B., VON ENDE, M.; WITTMANN, M. L. Responsabilidade social e a imagem corporativa: o caso de uma empresa de marca global. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 9, n.1, p. 95-117, 2016.
- BANCO AMAZÔNIA. **Sobre o banco.** Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca/>. Acesso em: 18 out. 2021.
- BANCO CENTRAL. **RESOLUÇÃO Nº 139**, de 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20BCB&numero=139>. Acesso em: 23 dez. 2021
- BANCO CENTRAL. **RESOLUÇÃO Nº 3.786**, de 24 de setembro de 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021
- BANCO CENTRAL. **CIRCULAR Nº 3.472**, de 23 de outubro de 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2009/pdf/circ_3472_v1_O.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021

BANCO CENTRAL. **RESOLUÇÃO Nº 4.327**, de 25 de abril de 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021

BANCO CENTRAL. **RESOLUÇÃO Nº 4.557**, de 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res_4557_v1_O.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021

BANCO DE BRASÍLIA. **Sobre o BRB**. Disponível em: <https://novo.brb.com.br/sobre-o-brb/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BANCO DO BRASIL. **Histórico da Instituição**. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ. **Sobre o BANPARÁ**. Disponível em: <https://www.banpara.b.br/menu/o-banpara/sobre-o-banpara/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil**. Disponível em: <https://www.banrisul.com.br/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sobre o BNB**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL. **Sobre nós**. Disponível em: <https://mercantildobrasil.com.br/SobreNos/Paginas/Sobre-nos.aspx>. Acesso em: 18 out. 2021.

BANCO PINE. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.pine.com/sobre-nos>. Acesso em: 18 out. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARUA, A. **Global Economic Outlook**. Disponível em: <https://dupress.deloitte.com/dup-us-en/economy/global-economic-outlook/2016/q2-brazil.html>, 2016. Acesso em: 18 out. 2021

BAUMGARTNER, R. J. **Managing corporate sustainability and CSR: a conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 21, n. 5, p. 258–271, 2014.

BECK, F., KREUZBERG, F., JUNIOR, M. M. R., KRESPI, N. T., & CUNHA, P. R. Efeitos da migração do nível de governança corporativa sobre o valor e estruturas de capital e propriedade da empresa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 11, n.33, p. 51-65, 2012.

BENITES, L.L.L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. 2013. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 195-210, 2013.

BHIMANI, A.; SOONAWALLA, K. From conformance to performance: the corporate responsibilities continuum. 2005. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 3, p. 165- 174, 2005.

BLACK, B. S., DE CARVALHO, A. G.; SAMPAIO, J. O. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, v. 20, p. 176-195, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2014.04.004>

B3. **Índice Brasil 50 (IBRX50 B3)**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50.htm, 2021. Acesso em 14 dez. 2021.

B3.**TransparênciaB3**.Disponívelem:https://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/institucional/transparencia/transparencia.htm, 2021. Acesso em 14 dez. 2021.

B3. **Segmentos de listagem**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/, 2021. Acesso em 14 dez. 2021.

BOCKEN, N. M. P.; SHORT, S.W.; RANA, P.; EVANS, S. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of Cleaner Production**. 65, 42-56, 2014.

BOMFIM, E. T., TEIXEIRA, W. S.; MONTE, P. A. Relação entre o Disclosure da sustentabilidade com a Governança Corporativa: Um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n.1, p. 6-28, 2015. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i1.13341

BORGES SILVEIRA, GABRIELA; ALBERTON, LUIZ. Assurance dos relatórios de sustentabilidade no brasil: quais fatores podem influenciar a sua ocorrência? **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 96-113, set. 2020. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/8022>>. Acesso em: 13 dez. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2019322>.

BOUTEN, L., EVERAERT, P., VAN LIEDEKERKE, L., DE MOOR, L., & CHRISTIAENS, J. Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? *Accounting Forum*, v. 35, n.3, p. 187-204, 2011. doi: 10.1016/j.accfor.2011.06.007

BRADESCO. **Relatório integrado**. Disponível em: https://www.bradescori.com.br/wp-content/uploads/sites/541/2021/01/587_1_FINAL_08.03.2018_PARA-O-SITE.pdf/, 2018. Acesso em: 07 jan. 2021.

BRADESCO. **Sobre**. Disponível em: <https://www.banco.bradesco/html/classic/sobre/>, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL 2016a. **Decreto nº 8.945**, de 27 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL 2016b. **Lei nº 13.303**, de 30 de junho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm. Acesso em: 19 out. 2021.

BROWN, T. J.; DACIN, P. A. The Company and the Product: Corporate Associations and Consumer Product Responses. *Journal of Marketing*, v. 61, n. 1, p. 68, 1997.

BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, n. 6, p. 571–580, 2009.

CAMARGO, JOSÉ M. **Evolução recente da economia brasileira e distribuição da renda**. In: CORSI, FRANCISCO L.; CAMARGO, JOSÉ M.; SANTOS, AGNALDO (Orgs). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP). **Sobre CDP Latin America**. Disponível em: <http://la-pt.cdp.net>. Acesso em: 18 de dezembro. 2021.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *The Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 1986–17, 1979.

CARVALHO, A. G.; PENNACCHI, G. G. Can a stock exchange improve corporate behavior? Evidence from firms' migration to premium listings in Brazil. *Journal of Corporate Finance*, v. 18, n.4, p. 883-903, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2011.01.003>

CASAGRANDE, R. M.; LAVARDA, C. E. F. Convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade sob a perspectiva da legitimidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.9, n.2, p. 88–101, 2015. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v9i2.1006>

CASTILHO, R. A. A.; VASCONCELOS, F. C. W. As diretrizes GRI e o perfil histórico de publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil e no mundo. **Anais do Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, São Paulo, 5, 2016.

CASTILHOS, A.; SILVA, T. N. DA. Governança aplicada às tecnologias sociais para populações em situação de risco socioeconômico associada ao paradigma da sustentabilidade. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i2.5458>

CEMEC. **Endividamento das empresas brasileiras**: metade das empresas não gera caixa para cobrir despesas financeiras em 2015/2016. Nota CEMEC 06/2016, agosto de 2016.

CLEMENTE, A., ANTONELLI, R. A., SCHERER, L. M., & CHERUBIM, A. P. M. S. O mercado brasileiro precifica a adesão e a migração aos níveis diferenciados de governança corporativa? **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11, n. 2, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CONCEIÇÃO, S. H., DOURADO, G. B., & SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI)-um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p.17-38, 2012.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **O que é GRI? Entenda tudo!** 2017. Disponível em: <http://cebds.org/blog/o-que-e-gri/#.WbCYBtSGPIU>. Acesso em: 23 dez. 2021

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **RESOLUÇÃO Nº 4.945**, de 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4945>. Acesso em: 23 dez. 2021

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **RESOLUÇÃO Nº 4.943**, de 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4943>. Acesso em: 23 dez. 2021

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo e quantitativo. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CRISÓSTOMO, V. L., PRUDÊNCIO, P. A., & FORTE, H. C. An Analysis of the Adherence to GRI for Disclosing Information on Social Action and Sustainability Concerns. In A. Belal & S. Cooper (Eds.), **Advances in Environmental Accounting & Management: Social and Environmental Accounting in Brazil**, v.6, p. 69-103, 2017.

DE LIMA, L. C.; DOMINGOS, S. R. M.; de VASCONCELOS, A. C.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Reputação e qualidade da governança corporativa das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração FACES Journal**. v. 14, n. 2, p. 26-43, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1940/194039262003.pdf>. Acesso em 13 dez. 2021.

DE PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n.89, p.125-144, 2017. DOI:10.1590/s0103-40142017.31890013

DIEESE. **Desempenho dos Bancos 2014.** 2015. <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.html>. Acesso em: 23 dez. 2021

DIEESE. **Desempenho dos Bancos 2015.** 2016. <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.html>. Acesso em: 23 dez. 2021

DYCK, B.; SILVESTRE, D, S. Enhancing socio-ecological value creation through sustainable innovation 2.0: Moving away from maximizing financial value capture. **Journal of cleaner Production**. v.171, p.1593-1604, 2018.

DYDUCH, J.; KRASODOMSKA, J. Determinants of corporate social responsibility disclosure: An empirical study of Polish listed companies. **Sustainability** (Switzerland), v. 9, n. 11, 2017.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ELKINGTON, J. **25 anos atrás, cunhei a frase "Triple Bottom Line"**. Veja por que é hora de repensar. Harvard Business Review, jun de 2018.

FARNETI, F.; GUTHRIE, J. **Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report**. In: ACCOUNTING FORUM. Anais. Elsevier. p. 89-98, 2009.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Guia Para Emissão De Títulos Verdes No Brasil**. 2016. Disponível em: https://cebds.org/wp-content/uploads/2016/10/Guia_emiss%C3%A3o_t%C3%ADtulos_verdes_PORT.pdf Acesso em: 23 dez. 2021

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Nossa Atuação em Sustentabilidade**. 2021. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3059/37/pt-br/responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **SARB N° 14/2014**. 2021. Disponível em <https://cmsarquivos.autorregulacaobancaria.com.br/Arquivos/documentos/PDF/Normativo%20SARB%20014%20-%20alterada%20pela%20Deliberacao%20031%20-%20texto%20vigente%20consolidado.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FILGUERAS, L. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual**. Caderno CRH, Salvador, v.31, n.84, p. 519 - 534, 2018. set/dez 2018.

FLOWER, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, 27, 1-17.

FREITAS, M. R. DE O. *et al.* Determinantes do desempenho de ecoeficiência corporativa e a criação de valor às empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], p. 137-159, maio 2019. ISSN 1809-3337. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/7615>. Acesso em: 13 dez. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2018431>.

FRÍAS-ACEITUNO, J. V., RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. **Políticas contra la corrupción y el soborno: ¿Se involucran de manera similar los consejeros en diferentes entornos corporativos?** Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa, v. 23, n.1, p. 31-42, 2014. doi: 10.1016/j.redee.2013.09.004

GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: Empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**, v. 5, n. 2, p. 233–262, 2011.

GARCIA-RODRIGUEZ, F. J., GARCIA-RODRIGUEZ, J. L., CASTILLA-GUTIERREZ, C., & MAJOR, S. A. Corporate Social Responsibility of oil companies in developing countries: from altruism to business strategy. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 20(6), 371-384. 2013. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1320>

GARCIA, S., CINTRA, Y. C., RIBEIRO, M. S.; DIBBERN, B. R. S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 2, n.25, p.67-94, 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p95>

GIL A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2019.

GISBERT, A.; LUNARDI, V. A evolução da RSC no Brasil entre as empresas listadas na Bovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.6, n. 1, p. 90-111, 2012.

GUIMARÃES, T. M., PEIXOTO, F. M.; CARVALHO, L. Sustentabilidade Empresarial e Governança Corporativa: Uma Análise da Relação do ISE da BM&FBOVESPA com a Compensação dos Gestores de Empresas Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 11, n. 2, 2017. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1418>

GURVITCH, N.; SIDOROVA, I. Survey of sustainability reporting integrated into annual reports of Estonian companies for the years 2007-2010: based on companies listed on Tallinn Stock Exchange as of October 2011. **Procedia Economics and Finance**, v. 2, p. 26-34, 2012.

GRANDER, G; SALZER, E; SILVA, M. L.;RIBEIRO, I. Governança corporativa e desempenho organizacional: análise das características do conselho, custos de agência e sustentabilidade. **RECC – Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 7, n. 2, p. 154-168, 2020.

IPEADATA. **PIB real brasileiro nos últimos anos**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.

ITAU UNIBANCO. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/download-file/v2/d/7e52c211-7192-4231-abba-349721b6a07/8bdffda-43e4-4eab-93e9-f961c5e77880?origin=2>, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAU UNIBANCO. **Sobre o Itaú**. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/institucional/sobre-o-itaubank/>, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAUSA. **Perfil Corporativo**. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/Perfil-Corporativo>, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

JAMALI, D., SAFIEDDINE, A. M.; RABBATH, M. Corporate governance and corporate social responsibility synergies and interrelationships. **Corporate Governance: An International Review**, v. 16, n.5, p.443-459, 2008. doi: 10.1111/j.1467-8683.2008.00702.x » <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2008.00702>

JO, H.; HARJOTO, M. A. The causal effect of corporate governance on corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 106, n.1, p.53-72, 2012. doi:10.1007/s10551-011-1052-1 » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1052-1>

JOYCE, A.; PAQUIN, R. L. The triple layered business model canvas: A tool to design more sustainable business models. **Journal of Cleaner Production**, v.135, p.1474-1486, 2016.

KOLOKOU, D. *et al.* Disclosure of climate risk information by the world's largest companies. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 23, n. 8, p. 1251– 1279, 2018.

KRAJNC, D.; GLAVIČ, P. A model for integrated assessment of sustainable development. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 43, n. 2, p. 189-208, 2005.

KURONUMA, C. R.; BARCIELLA, R. P.; SILVA, F. L. Risco e Retorno dos Investimentos em Empresas com Práticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC**. v. 7, n. 1, p. 92-109, 2019.

LIMA, C. E. DE; FERNANDES, É. Á.; AMÂNCIO-VIEIRA, S. F. O Desenvolvimento da Pesquisa Científica Envolvendo Sustentabilidade no Brasil: Evolução e Estruturação do Campo na Área de Administração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 404–420, 13 set. 2018.

LOCK, I.; SEELE, P. The credibility of CSR (corporate social responsibility) reports in Europe. Evidence from a quantitative content analysis in 11 countries. **Journal of Cleaner Production**, 122, 186- 200, 2016.

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2011. <https://doi.org/10.1108/14676371111098311>

LOZANO, R. A holistic perspective on corporate sustainability drivers. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 22, n. 1, p. 32–44, 2015

LUGOBONI, L. F., DIAS, A. S., NASCIMENTO, J. O. DO, ARAUJO, J. A. O. DE; ZITTEI, M. V. M. Aspectos de governança corporativa nos relatórios de Administração de instituições financeiras. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, v. 7, n. 2, p.182–205, 2018. <https://doi.org/10.22567/rep.v7i2.505>

MADALENA, J. D., ROVER, S., FERREIRA, D. M.; FERREIRA, L. F. Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n.1, p. 566-579, 2016.

MARIMON, F.; ALONSO-ALMEIDA, M. M.; RODRIGUEZ, M. P.; ALEJANDRO, K. A. C. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: What is the point? **Journal of Cleaner Production**, v. 33, p. 132–144, 2012.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade Contra as Cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MAZZIONI, S., COFSEVICZ, C. M., DE MOURA, G. D., MACÊDO, F. F. R. R., & KRÜGER, S. D. Influência da Governança Corporativa na Evidenciação Voluntária de Informações de Natureza Socioambiental. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 13, n. 26, p. 311-338, 2017.

MICHELON, G. **Sustainability Disclosure and Reputation: A Comparative Study**. Corporate Reputation Review, v.14, n. 2, p.79-96, 2011. doi: 10.1057/crr.2011.10

MOISESCU, O, I. From perceptual corporate sustainability to customer loyalty: a multi-sectorial investigation in a developing country. **Economic Research Ekonomiska Istraživanja**. v.31, n. 1, p.55-72, 2018.

MUNCK, L. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: CENGAGE, 2013

OLHER, C. C.; MELO, M. F. S.; SOUZA, R.; SILVA, W. L. C. Estratégia de responsabilidade social corporativa no setor bancário: análise da atuação socioambiental do Bradesco e Itaú-Unibanco. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**. v.8, n.1, 2018.

ONU BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 jun. 2022.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017. DOI:10.1590/s0103-40142017.31890009

ORTAS, E. *et al.* The impact of institutional and social context on corporate environmental, social and governance performance of companies committed to voluntary corporate social responsibility initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 673-684, 2015.

PACTO GLOBAL. **Membros**. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/no-brasil#:~:text=O%20Pacto%20Global%20da%20ONU,de%201%2C5%20mil%20membros>. Acesso em: 07 jun. 2022.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 11, n. 2, p. 85-102, 2016.

PÉREZ-LÓPEZ, D.; MORENO-ROMERO, A. BARKEMEYER, R. Exploring the relationship between sustainability reporting and sustainability management practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, n. 8, p. 720–734, 2015.

RIBEIRO, H. C. M.; DOS SANTOS, M. C. Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v.18, n.3, p. 4-27, 2015.

RIBEIRO NETO, M. *et al.* Indicador de Governança Corporativa como Instrumento de Avaliação da Política Pública. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 15, n. JULDEZ, p. 71–77, 2018.

ROBERTSON, D. C.; NICHOLSON, N. Expressions of corporate social responsibility in U.K. firms. **Journal of Business Ethics**, v.15, n.10, p.1095-1106,1996.

ROSCA, E.; ARNOLD, M.; BENDUL, J, C. Business models for sustainable innovation e an empirical analysis of frugal products and services. **Journal of Cleaner Production**. v.162, p. 5133-5145, 2017.

SAEIDI, S. P.; SOFIAN, S.; SAEIDI, P.; SAEIDI, P. S.; SAEIDI, S. How does corporate social responsibility contribute to firm financial performance? The mediating role of competitive advantage, reputation, and customer satisfaction. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 2, p. 341–350, 2014.

SAFATLE, C., BORGES, J.; OLIVEIRA, R. **Anatomia de um desastre**: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história. São Paulo: Portfolio Penguin, 2016.

SANTANA, L. M.; GÓIS, A. D.; DE LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Relação entre disclosure socioambiental, práticas de governança corporativa e desempenho empresarial. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 49-72, 2015.

SANTANDER. **Institucional**. 2021. Disponível em: <https://www.santander.com.br/institucional-santander/santander-no-brasil/>. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, R. L. M., NARDI, P. C. C., MARTINS, V. A.;BAROSSO FILHO, M. Os níveis de governança corporativa da BM&F BOVESPA aumentam a liquidez das ações? **BASE – Revista de Administracao e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n.3, 2016.

SOSCHINSKI, C. K.; KLANN, R. C.; RODRIGUES JUNIOR, M. M. **Influência das dimensões de cultura nacional na relação entre responsabilidade social corporativa e gerenciamento de resultados**. In USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 19., São Paulo. Proceedings [...]. São Paulo: USP, 2019.

TAVARES, L. M.; VARZONI JÚNIOR, M.; HENRIQUE, V. D Governança corporativa e sustentabilidade: aplicação do triple bottom line no segmento de cosméticos. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 02-18, Jan./Jun. 2019

TEIXEIRA, R.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n.3, p. 909-941, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>

THOMSON, I. 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J. **Critical perspectives on accounting**, v. 27, p. 18-22, 2015.

TINOCO, J. E. P.; ESCUDER, S. A. L.; YOSHITAKE, M. O Conselho Fiscal e a Governança Corporativa: Transparência e Gestão de Conflitos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 175–202, 2011.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. The Ten Principles. 2021. Disponível em: <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>. Acesso em: 17 fev. 2021.

VALENCIA, L. A. R.; QUEIRUGA, D.; GONZÁLEZ-BENITO, J. Relationship Between Transparency and Efficiency in the Allocation of Funds in Nongovernmental Development Organizations. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 26, n. 6, p. 2517-2535, 2015.

VAN STADEN, C. J.; HOOKS, J. A comprehensive comparison of corporate environmental reporting and responsiveness. **The British Accounting Review**, v. 39, n.3, p.197-210, 2007. doi: 10.1016/j.bar.2007.05.004

WEBER, J., & MARLEY, K. A. In Search of Stakeholder Saliency: Exploring Corporate Social and Sustainability Reports. **Business & Society**, 51(4), 626–649, 2012. <https://doi.org/10.1177/0007650309353061>.